



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

# **PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO**

Curitiba - Paraná  
2017



## SUMÁRIO

<b>1. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, CULTURAL, EDUCACIONAL, FÍSICO E AMBIENTAL</b> .....	4
1.1. Identificação.....	4
1.2. Caracterizações da instituição e da comunidade escolar .....	4
1.3. Organização do espaço físico.....	9
1.4. Acessibilidade.....	16
1.5.1.Plano de formação continuada .....	18
<b>2. ETAPAS E MODALIDADES OFERTADAS</b> .....	21
<b>3. REGIME ESCOLAR</b> .....	22
3.1. Dias letivos e carga horária anual.....	22
3.2. Calendário .....	22
3.3. Turmas e Horários .....	23
<b>4. FILOSOFIA E PRINCÍPIOS DIDÁTICOS-PEDAGÓGICOS</b> .....	23
4.1. Concepções.....	26
4.1.1. Sociedade .....	26
4.1.2. Ser Humano .....	28
4.1.3.Educação .....	29
4.2. Princípios e Fins .....	30
4.2.1.Da Instituição.....	32
4.2.2.Da Gestão Escolar .....	33
4.2.2.1. Órgãos Colegiados (Conselho de Escola).....	38
4.2.2.2. Instituição Auxiliar (APPF).....	38
4.3. Objetivos entre as etapas .....	43
4.3.1.Educação Infantil.....	45
4.3.2.Educação Especial.....	49
4.3.3.Ensino Fundamental.....	54
<b>5. BASES NORTEADORAS PARA ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO EDUCATIVO</b> .....	55
5.1. Currículo do Ensino Fundamental .....	56
5.2. Currículo da Educação Infantil.....	57
5.3. Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena .....	59
5.3.1.Educação e diversidade de gênero e orientação sexual .....	65
5.4. Projetos e Programas .....	67
5.5. AVALIAÇÃO .....	70



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

5.5.1. Concepção de avaliação numa perspectiva de inclusão .....	71
5.5.2. Processo de avaliação / instrumentos .....	71
5.2.3. Processos de Regularização da Vida Escolar .....	75
5.5.3. Conselho de Classe .....	76
5.6. Avaliação Institucional .....	77
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>79</b>



## **1. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, CULTURAL, EDUCACIONAL, FÍSICO E AMBIENTAL**

### **1.1. Identificação**

ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

Esta instituição, localiza-se à Rua Nossa Senhora da Cabeça, 1181, Cidade Industrial de Curitiba, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CNPJ: 76417005/0001-86 Fone/fax: 41-3248-6080 e-mail: [emdombosco@sme.curitiba.pr.gov.br](mailto:emdombosco@sme.curitiba.pr.gov.br).

A Equipe gestora da Escola Municipal Dom Bosco é composta pela diretora Marizete Kasiorowski Kolinski, vice-diretora Claudia Mara Lanconi Junqueira da Silva, pedagogas Cristiane Malmegrin Elias, Roseane Mara dos Santos Asséf, Eliete Maceno Novack.

### **1.2. Caracterizações da instituição e da comunidade escolar, seu entorno e/ou território: condições socioeconômicas, culturais.**

A escola Municipal Dom Bosco Educação Infantil e Ensino Fundamental localiza-se à Rua Nossa Senhora da Cabeça, Nº 1181 na Cidade Industrial de Curitiba, oferta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental organizado em dois ciclos de aprendizagem.

A instituição de ensino foi criada através do Decreto Nº 2361/65 com o nome de centro Educacional Dom Bosco, era propriedade dos padres Salesianos e funcionava através do convênio firmado com o Governo do Estado do Paraná.

Em 21 de dezembro de 1976, passou a integrar o Complexo Escolar “Cidade Industrial”, Ensino Regular e Supletivo de 1º Grau e foi autorizado a funcionar pelo Decreto Nº 2683/76 de 23 de dezembro com nome de Escola Estadual Dom Bosco – Ensino de 1º Grau.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

Em 21 de novembro de 1977 a escola passou funcionar no prédio do governo do Estado do Paraná e fazer parte do Complexo Escolar “Ivo Leão”.

Por força da Lei de Diretrizes e Base da Educação Lei Nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 e Resolução Nº 3120/98 da Secretaria de Estado da Educação do Paraná a escola passou a usar a expressão Ensino Fundamental em substituição à expressão Ensino de 1º Grau; assim, a partir de setembro de 1998 a escola passou a denominar-se “Escola Estadual Dom Bosco – Ensino Fundamental”.

A partir de 2002, a Escola Estadual Dom Bosco, foi Municipalizada pelo Decreto 135/02 na data de 22/03/2002 e passou a denominar-se “Escola Municipal Dom Bosco – Ensino Fundamental”, através da Resolução 1494/02 de: 03 de maio de 2002, da secretaria de Estado da Educação do Paraná.

A partir do ano de 2007 essa instituição passa a atender também estudantes da Educação Infantil, de acordo com a Resolução 180/2008 na data de 7/4/2009 que regularizava também o funcionamento dos anos de 2007 e 2008, passando a escola a denominar-se “Escola Municipal Dom Bosco – Educação Infantil e Ensino Fundamental”.

A unidade atendeu a Educação de Jovens e Adultos (EJA) pela Resolução 322/2003, na data de 24/02/2003, sendo concedida a cessação definitiva desta modalidade pela Resolução 276/2014 na data de 24/02/2014, por não haver demanda.

Famílias participativas e atuantes do processo educativo têm repercussão positiva no desenvolvimento do trabalho pedagógico e, conseqüentemente no desenvolvimento infantil, em função do que elas percebem melhor, compreendem o que se passa no espaço educativo e as relações que nele ocorrem, estão constantemente em contato com informações pertinentes e se sentem participantes importantes do processo ensino - aprendizagem.

Conhecer a dinâmica social, bem como as práticas culturais das comunidades, torna-se imprescindível para que se proporcione ações educativas de respeito e valorização. Com isso, pretende-se que as ações educativas desenvolvidas na escola estabeleçam relações democráticas para



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

que, os envolvidos conheçam a realidade social, provoquem reflexões e procurem repensar modalidades de atendimento, visando responder aos direitos.

No que se refere a sucesso escolar, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 (Brasil, 1996), em cujo artigo segundo afirma-se:

A Educação, é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> acesso em 09 de março de 2016.

A família precisa acompanhar e participar da rotina da escola: verificar a agenda diariamente, observar as tarefas de casa, ler com os filhos os livros da biblioteca, atender às solicitações da escola, participar de reuniões e eventos proporcionados pela instituição escolar, participar do Conselho de Escola e APPF, levar até a escola suas sugestões, críticas e/ ou elogios.

A comunidade do bairro CIC, onde está localizada a escola, é constituída de trabalhadores das empresas da região, funcionários públicos, profissionais liberais, comerciantes, empresários, aposentados e de desempregados. Uma característica marcante é que 60% dos pais e ou responsáveis pelos estudantes, exercem atividade remunerada com carteira de trabalho assinada e, 28% profissionais autônomos, estando os demais como aposentados e /ou desempregados. Estes dados colocam a comunidade atendida numa esfera favorável do ponto de vista sócio - econômico.

Grande parte da comunidade reside em conjuntos habitacionais que contam com infraestrutura de saneamento básico e, uma minoria mora em barracos nas invasões ao longo da Ferrovia. A maioria reside em imóvel próprio - 65%, e nas proximidades das indústrias existentes na região, o que explica a baixa rotatividade dos estudantes.

Os estudantes desta escola provêm do entorno em sua maioria, mas também há matrículas dos bairros do Novo Mundo, Portão, Capão Raso,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

Fazendinha, Pinheirinho e de outras regiões da CIC, perfazendo cerca de 30% da clientela atendida.

Esta procura pode ser devido a divulgação dos moradores da região, quanto a estrutura e a qualidade da escola Dom Bosco. Uma característica evidenciada é que “a maioria chega com uma grande defasagem no aprendizado”, sendo necessário à tomada de ações pontuais e coletivas. Os procedimentos tem obtido sucesso na maioria dos casos. Mas esta característica, por vezes, dá um norte aos resultados obtidos pela escola em avaliações internas e externas, como por exemplo, a Prova Brasil.

Os pais e ou responsáveis possuem na sua maioria uma situação econômica privilegiada, diante do quadro econômico de grande parte da população de nosso País. Constata-se que somente 13% destes vivem com um salário mínimo ao mês, que a metade recebe três salários mínimos mensais, 25% deles recebem mais de cinco salários mínimos mensalmente, 12% conseguem acumular mais de cinco salários mínimos ao mês. Constata-se também, que mais da metade de nossas famílias possuem a renda constituída pelo pai e pela mãe. E aproximadamente 25% por apenas um componente da família. Outro dado que demonstra a condição financeira de nossa comunidade é o número expressivo de veículos, pois 85% possuem automóveis.

Quase a totalidade de nossos educandos tem computador em casa, bem como acesso à internet. E metade das famílias tem acesso à televisão a cabo. O que evidencia novamente ser a comunidade Dom Bosco muito bem informada, crítica, participativa, ter domínio das novas tecnologias e da comunicação.

Constatou-se que a maioria dos estudantes ocupa seu tempo fora da escola assistindo programas televisivos. Neste sentido a instituição procura desenvolver ações para oportunizar momentos culturais tais como: apresentações teatrais e musicais, visitas pedagógicas, visitação de exposições, realização de feiras de livros, eventos onde possam demonstrar talentos musicais e de expressão corporal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

Também é ofertado pela escola prática de esportes e dança, a Educação Permanente tem aulas de ballet, Taekwondo e Futsal.

A maioria da comunidade já concluiu o Ensino Médio, estando ainda uma porcentagem pequena - 15%, concluído Nível Superior e outros aproximadamente 15% com Nível Superior Incompleto. Deste modo evidencia ser uma comunidade letrada, que dá valor ao ensino de qualidade, sabendo ser este o caminho para qualificação profissional e inserção digna na sociedade.

As famílias na sua grande maioria, acompanha primorosamente no sentido acadêmico, as agendas escolares, as atividades realizadas nos cadernos e livros, indagando aos filhos sobre a rotina da escola e comparecendo ao setor Administrativo e Pedagógico sempre que surgem dúvidas e ou são convocados. Mas infelizmente existe uma minoria, cuja interação com o mundo acadêmico dos filhos deixa a desejar e, nestes casos, a Equipe Pedagógica e Administrativa atua no sentido de chamá-las através de bilhetes, ligações, convocações e muito diálogo, a fim de firmar parceria com as mesmas, buscando uma aprendizagem de qualidade.

O rendimento escolar embora não seja o ideal, demonstra através dos dados recentes que são relativamente bons.

Na Prova Brasil de 2014, aplicada em nível nacional para as turmas dos 5º Anos, esta escola obteve na prova de Língua Portuguesa média de 220,68, superior à média das escolas de Curitiba, que foi de 209,65 e, na prova de Matemática média de 240,5, também superior à média das escolas municipais que foi de 229,97, ficando a escola Dom Bosco, com a média de 6,3 no IDEB.

Estes resultados nos parecem coerentes com o perfil da comunidade escolar aqui abrigada, e da qual pode-se esperar rendimento ainda melhor.

Ações pontuais são continuamente adotadas para melhoria destas estatísticas, que apesar de favoráveis necessitam avançar. Pensar na qualidade em educação que gere sujeitos capazes de refletir e agir por conta própria, que proporcione qualidade de vida, forme cidadãos que respeitem a diversidade, o avanço da sustentabilidade e da democracia. Qualidade na educação vista sob a ótica dos saberes curriculares e sob a ótica da formação para a cidadania.





De acordo com a visão de educação de Freire em sua obra “Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa” os estudantes precisam ser preparados para aprender a pensar com autonomia, saber comunicar-se, pesquisar, ter raciocínio lógico, aprender a trabalhar de forma colaborativa, a fazer sínteses, organizar-se, ter disciplina, ser sujeito da construção do conhecimento, articulando-o com a prática e com outros saberes. Precisam construir e reconstruir o conhecimento, pois só aprende quem participa ativamente no que está executando.

ANEXO I – Modelo de pesquisa para levantamento das condições socioeconômicas da comunidade escolar.

### **1.3. Organização do espaço físico**

O espaço escolar deve ser retrato de experiência e de aprendizagem. Não deve se constituir unicamente em um território que guarda, mas um espaço que gera ideias, a busca por conhecimentos, além de ser alegre, seguro, acessível, aprazível e confortável. Os espaços escolares devem permitir o desenvolvimento da autonomia e cooperação do estudante.

Segundo Frago (2000), “O espaço e o tempo escolares não só conformam o clima e a cultura das instituições educativas, mas também educam”.

A estrutura física desta instituição conta com 12 salas de aula, 01 sala de direção, 01 sala de secretaria, 01 sala de suporte técnico-pedagógico, 01 sala dos professores, 01 sala para professores de permanência, 01 sala para o projeto contraturno, 01 biblioteca, 01 laboratório de informática, 01 sala de almoxarifado e impressão de material pedagógico, 01 cozinha, 01 sala para os inspetores, 01 almoxarifado de educação física, 01 quadra de esportes coberta, 01 quadra de esportes descoberta, 01 pátio coberto, parquinho infantil, espaço para horta, banheiros femininos e masculinos no piso superior e inferior, 02 banheiros para funcionários, 01 banheiro para estudantes que fazem uso de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

cadeira de rodas. Os banheiros do piso inferior são adaptados para atender os estudantes da educação Infantil.

O pátio da escola é privilegiado, pois além de possuir extensa área, está também recoberto por várias espécies de árvores frutíferas, nativas e invasoras, bem como espaços de jardins. Uma das ações será no sentido de revitalizar estes espaços, proporcionando aos alunos um lugar aconchegante, seguro e que possa ser amplamente explorado e utilizado para o lúdico, bem como para o aprendizado acadêmico, numa perspectiva de que, todos os espaços internos e externos da escola devam ser aproveitados e utilizados como meios de desenvolver nestes os aprendizados e a aquisição de conhecimentos. Ou seja, espaços nos quais se intervém de forma a favorecer o aprendizado.

A unidade dispõe do espaço privilegiado da quadra coberta, inaugurada no ano de 2011. Este é utilizado para as aulas de Educação Física, para o recreio, bem como para atividades pedagógicas, aula de Futsal e Taekwondo, dentro do Programa da Educação Permanente da SME, nas festividades com a participação de toda a comunidade e em campeonatos.

Os espaços da escola devem ser organizados e utilizados de forma a favorecer a aprendizagem através da socialização e troca de experiências. Esta ação deve estar contemplada no planejamento, pois a utilização dos espaços internos e externos da escola no processo de ensino - aprendizagem é de fundamental importância, ao se constituírem em espaços educativos.

Segundo Paulo Freire: “Há uma pedagogia indiscutível na materialidade do espaço” (FREIRE, 1999:49).

Os espaços escolares devem ser ricos em possibilidades de interações humanas, propiciando o desenvolvimento de inúmeras capacidades de pensar, criar, sentir e agir, expressar ideias, estando à escola numa perspectiva de ser humana e transformadora.

Existe todo um cuidado em manter os espaços utilizados pela comunidade escolar, a fim de favorecer o aprendizado. Salas bem iluminadas, arejadas, limpas, confortáveis, funcionais do ponto de vista pedagógico e de estrutura física. Atenção com acústica dos ambientes, e isto perpassa pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

trabalho de respeito, ética, cidadania desenvolvido por todo o colegiado da escola. Corredores adaptados a favorecer a exposição dos trabalhos feitos pelos educandos, bem como sua apreciação por todos os colegas e familiares.

Em 2007, foi inaugurada oficialmente a Biblioteca da instituição, na data de 18 de abril, escolhida para homenagear o escritor Monteiro Lobato, usada simbolicamente para comemorar a inauguração das demais bibliotecas municipais. A biblioteca foi nomeada como; Biblioteca Iodéia Felício, em homenagem póstuma a primeira diretora da unidade, quando esta foi municipalizada em 2002, até seu falecimento em 2007.

No atual mundo globalizado a base é a informação, e esta ocorre de uma maneira desenfreada, além de ser apresentada de diversas formas: superficiais, fragmentadas, caóticas, excessivas, chegando ao leitor de forma descontextualizada, desestruturada e incompleta. Neste ponto, encontram-se professores e estudantes que buscam, pesquisam, produzem e criam novos conhecimentos. Nesse contexto a proposta de trabalho da biblioteca é o incentivo à leitura e à pesquisa, favorecendo o desenvolvimento de integração nesta sociedade globalizada. O grande desafio é proporcionar oportunidade para aprofundar e vivenciar habilidades tanto na ficção como também na busca pela informação.

O atendimento na biblioteca é dirigido aos estudantes, professores, funcionários e comunidade. Para as turmas, ocorre semanalmente com horários individuais, quando são atendidos pela agente de leitura em parceria com a professora regente.

O objetivo é proporcionar ao educando o maior número de oportunidades de estar em contato com os livros e com a cultura, em um espaço acolhedor, rico em informações, instigante, que desperte a criatividade, o conhecimento e o prazer pela leitura. Para tanto, a equipe da escola procura manter atualizado e renovado o acervo, bem como encaminhar o planejamento das atividades de forma a proporcionar momentos literários significativos e de encantamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

As atividades da Biblioteca visam ofertar “leitura fruição”, isto é, a leitura pelo simples prazer de ler. Sem a obrigação didática. Através desses momentos lúdicos objetiva-se:

- despertar o interesse pela literatura;
- repertoriá-las em gêneros textuais e autores importantes da literatura brasileira e internacional;
- proporcionar ampliação vocabular;
- apresentar a literatura em diferentes ações culturais planejadas e intencionais: leitura íntegra de uma obra, contação de história, teatralização, teatro de fantoches e outras formas animadas, linguagem musical, arte visual por apresentação de obras de arte ou literatura de imagens, roda de leitura, momentos culturais, entre outras ações. Utilizar recursos de multimídia como Datashow e recursos musicais;
- oportunizar o conhecimento das obras clássicas e suas releituras. Bem como, obras contemporâneas;
- mostrar as diferentes formas de um mesmo gênero literário (como a poesia), ao longo dos anos.

As ações culturais prezam a interação criança-adulto, adulto-adulto, criança-criança e apresentam a literatura como uma arte viva e lúdica, que está presente no cotidiano das crianças através do folclore e do cancionero popular. Para Sisto (2013):

Ao ouvir uma história, as crianças (e o leitor em geral) vivenciam, no plano psicológico as ações os problemas, os conflitos dessa história. (...) a experimentação de modelos de ações e soluções apresentadas na história fazem aumentar consideravelmente o repertório de conhecimento da criança, sobre si e sobre o mundo. E tudo isso ajuda a formar a personalidade! (...) Contar oralmente uma história está relacionado ao reunir, ao criar intimidade, ao ato de entrega coletiva. É um ato agregador de pessoas; é o exercício do encontro-consigo, com os outros, com o universo imaginário, com a realidade (...).

Os empréstimos de livros ocorrem regularmente conforme organização interna do setor. São selecionadas obras conforme faixa etária. A escola procura proporcionar literatura de boa qualidade, desde clássicos a obras da atualidade. A biblioteca também é um espaço destinado aos professores e funcionários para leitura fruição, estudo e empréstimo de livros.



Para Rubem Alves, “Um livro é um brinquedo feito com letras. Ler é brincar”. Assim, busca-se oferecer momentos de aprendizagem e encantamento através da literatura.

Com a inclusão desta unidade em 2004 no Projeto Digitando o Futuro, houve a implantação do Laboratório de Informática, onde existem vinte computadores ligados à internet. Nesta sala também estão à disposição dos professores e alunos alguns outros recursos tecnológicos para auxiliar no ensino-aprendizagem (uma televisão tela plana de 48 polegadas, um data show e um aparelho de DVD). A escola também dispõe de 120 Nets, os quais podem ser recarregados regularmente, pois existem três armários próprios para tanto.

O Laboratório de Informática deve servir como ferramenta pedagógica para desenvolvimento dos conteúdos, auxiliando o processo de construção do conhecimento. Da soma entre tecnologia e conteúdos, surgem oportunidades de ensino significativas.

Antes de utilizar o laboratório de informática faz-se necessário investigar o potencial desta ferramenta para atender ao conteúdo abordado – planejamento. Outra necessidade é o professor compreender as funções elementares e aplicativos que pretende usar na aula. Caso não tenha tanta afinidade com a tecnologia, procurar as parcerias com outros colegas e com a Equipe Pedagógica, pois o verdadeiro desafio ao docente está em associar a tecnologia aos temas de estudo para realizar melhor a tarefa de ensinar.

A tecnologia deve ser utilizada para apresentar e aprofundar conteúdos curriculares, com objetivos claros, estando o Laboratório de Informática como uma extensão da sala de aula, mas para tanto, o planejamento é fundamental. Quando a informática é utilizada a serviço da educação emancipadora, o aluno ganha em qualidade de ensino e aprendizagem.

Para muitos profissionais da educação ainda é um desafio, utilizar a informática educativa como ferramenta pedagógica. No entanto, ser educador é estar em constante aprendizado, e o maior desafio é reaprender a aprender. O professor precisa ter claro que não é mais a única fonte de informação, aquele que transmite conhecimento, mas aquele que media o conhecimento e a



realidade. É um especialista no processo de aprendizagem. Neste contexto além de desenvolver o trabalho com conteúdo, desenvolverá habilidades, competências, inteligências, atitudes e valores. Sendo assim, é o professor quem irá dinamizar esta ferramenta pedagógica, que é a informática, explorando-a ao máximo com criatividade, preparação e clareza dos objetivos a serem atingidos.

“A Informática Educativa se caracteriza pelo uso da informática como suporte ao professor, como um instrumento a mais em sua sala de aula, no qual o professor possa utilizar esses recursos colocados a sua disposição. Nesse nível, o computador é explorado pelo professor especialista em sua potencialidade e capacidade, tornando possível simular, praticar ou vivenciar situações, podendo até sugerir conjecturas abstratas, fundamentais a compreensão de um conhecimento ou modelo de conhecimento que se está construindo.”  
(BORGES, 1999: 136).

Segundo Paulo Freire: “Há uma pedagogia indiscutível na materialidade do espaço.” (FREIRE, 1999: 49).

Os espaços escolares devem ser ricos em possibilidades de interações humanas, propiciando o desenvolvimento de inúmeras capacidades de pensar, criar, sentir e agir, expressar ideias, estando à escola numa perspectiva de ser humana e transformadora.

A socialização dos conhecimentos faz parte do processo de aprendizagem. O reconhecimento da comunidade é um estímulo para que o estudante se empenhe em produzir o seu melhor, construa sua identidade e compreenda a função social dos seus aprendizados. Neste sentido há o incentivo a exposição dos trabalhos realizados, colocando-os em corredores e pátios de modo acessível, a serem observados por todos, inclusive a comunidade é convidada a vir apreciar e interagir nesses momentos.

Existe nessa instituição a Feira de Ciências e Mostra Cultural, onde além da exposição das atividades há oportunidade de diálogo com os visitantes, para pontuar e compartilhar conhecimentos.

As atividades em sala de aula devem ser intercaladas com encaminhamentos que oportunizem a movimentação, dinâmicas diferenciadas na forma de dispor as carteiras, evitando a permanência na mesma posição por horas seguidas, levando-se em conta a fadiga física e mental que tal situação levaria. A disposição dos móveis em sala de aula influencia o aprendizado.



Segundo Freitas (2008): “A disposição das carteiras são fundamentais para contribuir com a aprendizagem de forma significativa”.

A disposição das carteiras vai depender da intencionalidade da ação do professor, dos objetivos específicos e das estratégias que deseja utilizar. Esta disposição deve favorecer o aprendizado e atender a finalidade de cada aula. Podem-se ordenar as carteiras em círculo, se o objetivo é de todos se sentirem à vontade para expor suas ideias, sentados em duplas ou trios se a intenção é buscar cooperação cognitiva, pode-se também dispensar o uso das carteiras, dispondo-os sentados ao chão em círculos ou ainda levá-los até ambientes externos da escola. Colocá-los sentados em fila, quando o objetivo for realizar uma avaliação individual, num momento em que devam concentrar sua atenção no professor, numa aula expositiva, na informação escrita no quadro. Portanto, a organização do espaço na sala de aula refletirá a ação pedagógica pretendida.

Esta instituição desenvolve desde 2010, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação e com a Secretaria da Defesa Social, o Projeto Conhecer para Prevenir, que prevê ações para situações de emergências dentro e fora da escola. Todos são preparados para enfrentar essas situações, participando dos simulados.

O ser humano precisa aprender a ter autonomia e responsabilidade desde a mais tenra idade, para interagir e contribuir com a sociedade, transformando-a de maneira positiva. Isso significa ensinar além dos conteúdos formais. Mostrar-lhes os caminhos para interagir e contribuir com a sociedade.

Sendo assim, começa pela entrada na escola, quando os pais os deixam no portão. Chegado o momento de irem para sala, estes se dirigem as mesmas, de forma autônoma, sem filas. Este procedimento também é adotado nas saída e entrada do recreio. Quando ocorre a saída ao final de cada período, os pais vão até a sala de aula. Os que ficam após o término das aulas, são conduzidos até o pátio coberto da escola e ficam sob os cuidados dos inspetores.

O horário de recreio é constituído por 15 minutos, no pátio da escola, sob a supervisão e cuidado dos inspetores. Os educandos têm a liberdade de



circular livremente por todos os espaços disponíveis ou participar das atividades propostas, como brincar com bolas, cordas, elásticos, bonecas, carrinhos, brincar com jogos, fazer a leitura de livros e gibis, ouvir e recitar canções, dançar.

O recreio é um tempo muito rico para a aprendizagem e merece muita atenção. Este intervalo é um momento importante de socialização entre todos. É quando podem optar com quem querem conversar, de quem se aproximar, onde e como brincar. É um espaço-tempo que os convida a explorar diferentes percursos e aprender algo mais sobre relações em grupo. Enfim, muitas experiências significativas se constroem ou se intensificam nesse período. Ocorrem também conflitos, que são mediados pelos inspetores, pois entendendo a escola como um lugar de socialização, deve-se auxiliar e resolver da melhor maneira possível. Afinal, o conflito é inerente às relações humanas.

Existe um cuidado todo especial em proporcionar aos nossos profissionais condições para o seu aperfeiçoamento profissional. Eles são acolhidos em seu local de trabalho, para se sentir parte deste conjunto. Na escola existe uma sala de permanência, para os professores terem privacidade, ambiente significativo, silencioso e acolhedor. Neste estão à disposição dos docentes dois computadores, para facilitar a pesquisa e a comunicação, materiais didáticos e pedagógicos, obras literárias, materiais escritos para consulta e apoio. É um ambiente propício para acontecer trocas de experiências, diálogos, acompanhamentos, orientações, Conselhos de Classe. Há também uma sala ampla para o horário de intervalo, que é utilizada para momentos de estudo e planejamento (sala dos professores).

#### **1.4. Acessibilidade**

O acesso fácil ao ambiente escolar é condição básica e primordial para a inclusão, sobretudo para os alunos com deficiência, que podem apresentar





comprometimento de mobilidade, de coordenação motora, do senso de orientação, que impedem o acesso a determinados lugares.

Na Escola Municipal Dom Bosco os espaços estão organizados para atender da melhor forma possível todos os estudantes, respeitando as dificuldades dos estudantes com deficiência momentâneas ou permanentes, com vistas a garantir o direito à educação para TODOS.

A acessibilidade se constitui em direito do cidadão e condição essencial e prioritária para a inclusão e precisa ser considerada como fundamental para este estudante ter autonomia e acesso a todos os espaços e serviços da escola.

Em relação as adequações arquitetônicas na estrutura física para a acessibilidade de crianças com deficiência, e para atende-las com qualidade e respeito em nosso espaço, buscaremos parceria com o Núcleo Regional da Educação e Coordenadoria de Obras da Secretaria Municipal de Educação, para as possíveis adequações.

### **1.5. Caracterização dos profissionais da instituição**

Os profissionais que compõem a equipe da Escola Municipal Dom Bosco têm como característica a busca constante de formação continuada, a assiduidade, o comprometimento com a qualidade da educação pública e a busca constante em aprimorar suas práticas educacionais em consonância com os preceitos da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba e da União.

Na equipe não há muita rotatividade, há professores que estão na escola desde a sua municipalização em 2002. Uma característica marcante desta equipe, é que a maioria dos integrantes reside nas proximidades da escola, fazendo parte da comunidade escolar como funcionários e vizinhos. Muitos têm filhos e netos matriculados na instituição.

No ano de 2016 temos dois RITs para a Biblioteca, três RITs para a função de Profissional de Apoio, um RIT para a função de Suporte técnico-pedagógico e dois para cobrir LP. Este número revela termos uma equipe permanente e completa, o que se torna num fator positivo para a escola.



Dos quarenta e três docentes temos seis com dois padrões atuando na escola e a diretora que também possui dois padrões.

O corpo docente da unidade constituído por docentes de Educação Física, Arte, Ensino Religioso, Regentes, Corregentes, Agentes de Leitura é formado por profissionais com muitos anos de carreira no magistério, quanto por profissionais recentemente admitidos na SME. A premissa de trabalho na Unidade é a troca de experiências, a fim de realizar um trabalho pedagógico eficiente, proporcionando aos estudantes uma educação de qualidade. Os profissionais possuem uma excelente formação, o que se traduz no desempenho eficiente da equipe. Estes profissionais participam dos cursos de formação ofertados pela mantenedora, de seminários, palestras, Pós-graduação, que venham a contribuir com a formação pessoal e profissional. São profissionais reflexivos sobre suas práticas, analisando-as, confrontando ideias, associando os problemas enfrentados a fim de obter respostas. Realizam um trabalho coletivo, buscando com compromisso, competência e responsabilidade promover um trabalho com qualidade, buscando resultados que comprovem esta prática.

Segundo Macêdo (2008): “uma equipe de trabalho é formada por um conjunto de pessoas com habilidades complementares, atuando juntas em uma mesma atividade, com propósitos e objetivos comuns. Comprometidas umas com as outras e com a qualidade dos relacionamentos e dos resultados. O trabalho em equipe é um permanente processo de experimentação, troca e aprendizagem “.

### **1.5.1. Plano de formação continuada**

A projeto político-pedagógico da Escola Municipal Dom Bosco, baseia-se nos princípios éticos da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba: da democracia, da autonomia, do trabalho coletivo, do interesse público, da equidade.

As decisões devem ser construídas coletivamente assegurando a participação de todos os interessados. Todas as ações no campo educacional devem ser delineadas pelo caráter público e subjetivo do direito à educação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

Ações tomadas de forma democrática, pensadas e discutidas coletivamente, fortalecem a corresponsabilidade de todos os envolvidos, na efetivação do direito à educação equânime para todos. Dando a todos e a cada um o necessário para sua emancipação social. Disponível em: <<http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/gestao-democratica...principios...6346>>. Acesso em 24/10/2016.

Buscando efetivar esses princípios, entendemos a educação como processo permanente onde o conhecimento não é estático, mas permeado de uma rede de significado onde o professor assume o papel de mediador, de coparticipante do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido torna-se imprescindível que esse profissional esteja em constante desenvolvimento e atualização para garantir a qualidade de ensino. Esse princípio está assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, em seu artigo 63, onde busca garantir “programas de educação continuada para os profissionais da educação dos diversos níveis”.

No entanto, como FREIRE afirma, “a realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que pode fazê-lo. É preciso, portanto, fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação”.

Como já sabemos o aprender contínuo tornou-se essencial em nossa profissão. NÓVOA estabelece dois pilares essenciais para um bom programa de educação continuada que são: a própria pessoa do professor, como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente. Para que isso aconteça, ele acredita que, a escola precisa mudar institucionalmente. O desenvolvimento pessoal e profissional depende do contexto em que exercemos nossa atividade.

Pensando nisso, podemos salientar que a SME já vem realizando capacitação continuada. Com autonomia e descentralização, a escola, por sua vez, já se organiza para estudos, discussões e reflexões permanentes da seguinte forma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

- Semana Pedagógica na própria escola, onde os temas e conteúdos são selecionados pelo coletivo;
- Elaboração de projetos;
- Palestra por profissionais na escola de acordo com as necessidades do coletivo, realizada nas reuniões pedagógicas;
- Troca de experiências nos horários de permanência, etc.
- Momentos nas reuniões pedagógicas para que sejam apresentadas vivências significativas da prática cotidiana ao grande grupo;

As permanências estão organizadas da seguinte forma: para realização do trabalho pedagógico e planejamento, estudos, discussões, análises, repasse de cursos, reflexões; sendo que uma permanência de cada mês fica destinada para troca de experiências e encaminhamentos pedagógicos.

Para que esta proposta se viabilize, propõe-se:

- Estudo e pesquisa utilizando os sites ofertados de Educação e disponibilizando materiais como: PCNs, Plano Curricular, Cadernos Pedagógicos, Diretrizes Curriculares Nacionais, leis, entre outros, para elaboração do planejamento;
- Análise de encaminhamentos metodológicos, filosóficos e psicológicos das teorias que fundamentam o trabalho em sala de aula;
- Grupos de estudos com o objetivo de conhecer, analisar e discutir documentos enviados à escola pelo Núcleo Regional de Educação;
- Participação dos professores em cursos ofertados pela SME;
- Pesquisa de alternativas para atender a diversidade, bem como acompanhamento sistemático dos alunos com dificuldades;
- Consultorias na escola com profissionais da SME e outros;
- Destinar espaço para que haja repasse das principais questões abordadas, quando houver representantes do colegiado em cursos.



Paulo Freire escreveu que a formação é um fazer permanente que se refaz constante e na ação. “Para ser, tem que estar sendo” ...

## **2. ETAPAS E MODALIDADES OFERTADAS**

A Escola Municipal Dom Bosco atende a Educação Básica nas etapas da Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental com as seguintes especificações:

- Educação Infantil com oferta do Pré-Escolar para crianças na faixa etária de quatro e cinco anos, atendendo legislação vigente e critérios mínimos para funcionamento;

- Ensino Fundamental para crianças de 6 a 10 anos, com oferta de cinco anos iniciais organizados em dois Ciclos, do 1º ao 5º ano, do Ensino Fundamental obrigatório de nove anos:

- a) Ciclo I – organizado em três anos – 1º, 2º e 3º ano.

- b) Ciclo II – organizado em dois anos – 4º e 5º ano – destinado aos educandos que concluíram o Ciclo I ou classificados ou reclassificados para o mesmo.

Educação de Jovens e Adultos, programa aprovado para a Rede Municipal de Ensino, segundo legislação vigente, destinado ao atendimento de jovens acima de 14 anos e adultos que não tiveram acesso à escolarização referente à Fase I do Ensino Fundamental (correspondente aos Ciclos I e II), na idade própria ou que iniciaram a escolarização, mas não tiveram possibilidade de continuá-la. Atualmente esta modalidade não é ofertada por não haver demanda, mas caso volte a existir, ela voltará prontamente, por ser de fundamental importância oportunizar tal atendimento às pessoas que não tiveram acesso à escolarização.



### **3. REGIME ESCOLAR**

#### **3.1. Dias letivos e carga horária anual**

O Regime Escolar obedece a legislação vigente, o Ensino Fundamental de 9 anos, conseqüentemente a abertura de turmas de Educação Infantil quando há demanda.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20 de dezembro de 1996 - em seu artigo 24, inciso I, o ano letivo é composto de 200 dias letivos anuais e 800 horas de efetivo trabalho com o estudante, sendo exigida dessa carga horária a frequência mínima de 75% para os estudantes do ensino fundamental e 60% para as crianças da pré-escola.

Na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os minutos destinados ao recreio podem ser considerados de efetivo trabalho escolar, desde que tenham um tratamento pedagógico com o objetivo de socializar as crianças e de desenvolver hábitos, atitudes e habilidades. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/dias-letivos/>>. Acesso em: 27 de out. 2016.

#### **3.2. Calendário**

O calendário escolar deve prever 210 dias de trabalho efetivo, sendo 200 dias para o aluno, 05 dias para Semana de Estudos Pedagógicos, 06 dias de reuniões pedagógico-administrativas e conselho de classe. Utiliza-se 06 sábados letivos, sendo possível usá-los para festividades e ou ações pedagógicas envolvendo estudantes e comunidade. O calendário é discutido e aprovado por toda equipe escolar (administração, pedagógico e professores) e Conselho de Escola



### **3.3. Turmas e Horários**

A escola atende cerca de 700 alunos distribuídos entre dois períodos regulares de quatro horas cada um, sendo 12 turmas no período da manhã e 12 turmas no período da tarde. No período da tarde, uma turma dentre as 12 do Ensino Fundamental é da Educação Infantil, totalizando 24 turmas.

Horário do período da manhã - 07h30min às 11h30min

Horário do período da tarde - 13h20min às 17h20min

Semanalmente, os estudantes têm 20 horas de aula. Dentro destas horas estão compreendidas 02 aulas de Educação Física, 01 aula de Ensino Religioso, 02 aulas de Arte e 02 aulas de Ciências. Às 13 horas restantes são utilizadas para aulas de Matemática, Língua Portuguesa, História e Geografia. O intervalo dos estudantes é de 15 minutos diários.

## **4. FILOSOFIA E PRINCÍPIOS DIDÁTICOS-PEDAGÓGICOS**

Com a participação de todos os profissionais da escola, refletindo sobre os princípios e pressupostos de uma Boa Escola, assumiu-se o compromisso de construir metas que contribuam com a superação dos desafios educacionais.

De acordo com Vygotsky (2007. P. 95), existem dois níveis de desenvolvimento: um real, já adquirido ou formado, que determina o que a criança já é capaz de fazer por si própria, e um potencial, ou seja, a capacidade de aprender com outra pessoa.

Sendo assim, o professor torna-se um mediador na interação dos alunos entre si, com o meio social e os objetos do conhecimento, tornando-se o condutor do processo de aprendizagem, incentivando os estudantes na busca do conhecimento, visando a formação de indivíduos críticos, autônomos e ativos na sociedade.



As teorias e práticas de sala de aula baseiam-se nos princípios da democracia e da equidade, cujos desdobramentos remetem aos pressupostos da autonomia, do trabalho coletivo e da compreensão da natureza do espaço público, onde entende-se que o aluno é ser concreto, a motivação para a aprendizagem deve ser constante, o conhecimento ocorre pela relação sujeito-objeto-sujeito com a mediação do professor, assim como pela ação do sujeito sobre o objeto.

Considerando o aluno como um sujeito que já traz uma bagagem cultural, a prática de sala de aula ocorre valorizando esse conhecimento onde o conhecimento atual é reelaborado a partir do anterior.

A escola precisa ter clara a sua função, uma vez que é um espaço de desenvolvimento pleno, que propicia condições e garante que crianças oriundas de diversos ambientes sociais, tenham a mesma igualdade de direito às oportunidades educacionais.

Tendo clara sua função, a escola pode possibilitar também, um conhecimento que visa a formação integral do indivíduo, baseando-se na formação do caráter, da consciência e da cidadania, possibilitando modificações não só do aluno, mas preparando-o para poder transformar o contexto social em que está inserido.

O indivíduo que interage coletivamente passa a ser sujeito de transformação social, pois o conhecimento apreendido é relacionado com o cotidiano, passando a ter significado para a comunidade.

Frente aos desafios, a instituição escolar visa desenvolver competências e habilidades no aluno para que ele seja crítico, reflexivo, solidário, participativo e flexível frente às mudanças.

O projeto pedagógico assim como o processo educativo está em constante reformulação, pois estabelece diretrizes que norteiam o trabalho escolar em suas diversas etapas visando compatibilizar o trabalho pedagógico com as necessidades e expectativas da sala de aula, reinterpretando-as e reativando-as em relação à realidade em que atua.

Essa proposta envolve as intenções do educador, seu conhecimento a respeito dos conteúdos que pretende desenvolver, os objetivos, o





entendimento da realidade na qual atua, considerando necessidades, expectativas e a estrutura escolar. Envolvida com a proposta da Rede Municipal de Educação de Curitiba, a meta da escola é através da melhoria das ações, conquistar uma escola de melhor qualidade, valorizando os papéis de cada profissional da educação na construção de uma BOA ESCOLA.

O Projeto Político-Pedagógico representa a constante reflexão do coletivo sobre suas metas e realizações. Com isso, torna-se necessário levar em consideração alguns aspectos considerados relevantes para os objetivos educacionais:

- A necessidade de garantir acesso, permanência e sucesso de todos na escola;

- O compromisso com o desenvolvimento das dimensões éticas, estéticas, políticas e socioculturais da ação educativa;

- A busca de soluções próprias, inovadoras e justas, para os problemas da realidade local;

- A transparência, lisura e flexibilidade nos procedimentos administrativos e financeiros;

- A necessidade de constante capacitação dos professores;

- A necessidade de avaliação processual da proposta pedagógica;

- Garantir os direitos públicos considerando as necessidades e diferenças;

- Ampliar o acesso público à informatização e a ambientes virtuais de aprendizagem;

- Priorizar o tratamento de questões culturais e socioambientais visando à promoção da qualidade de vida da comunidade.

Neste sentido, a elaboração deste levou em conta o princípio da gestão democrática, uma vez que houve o envolvimento e participação do coletivo na escola.



## **4.1. Concepções**

### **4.1.1. Sociedade**

Para que possamos fazer aflorar homens e mulheres e sociedades melhores, com vidas melhores, necessitamos de uma educação que se nutra de uma cultura conquistada e não reprodutora. (SACRISTAN, 2000 – p. 38).

Assim, torna-se necessário que a escola construa uma cultura de conquistas e, para tanto, precisa entender o processo de produção da existência humana. Processo esse que implica garantir a subsistência material com consequência na produção dos bens materiais. Para isso, o indivíduo necessita antecipar suas ideias e objetivos de ação. A produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades se encontram ligadas na produção do saber sobre a natureza e sobre a cultura, ou seja, no conjunto da produção humana.

Ao nos defrontarmos com o enorme desafio de contribuir com a elaboração de um projeto de escola, cuja centralidade seja responder pelo que lhe é mais singular – ensinar e ensinar bem –, entendemos que se trata de um trabalho coletivo que traduz os desejos de todos os profissionais da educação, que ao longo da história da rede, têm empenhado esforços na consecução de um projeto sério e responsável de educação. (CADERNO SEP – 2014).

Os desafios da contemporaneidade nos colocam diante de um novo tempo, uma realidade nova que nos envolve e nos desafia.

Com isso, a sociedade atual exige da escola uma prática pedagógica que assegure a construção da cidadania, baseada na criatividade, criticidade e nas responsabilidades advindas das relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

A educação escolar é um meio eficaz e disponível para que as pessoas possam melhorar sua posição na sociedade.

A escola tem como pressuposto o passo inicial da construção do conhecimento sistematizado da criança, portanto, deve assegurar um conhecimento baseado nos critérios:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

-Crítico: que busca o que é relevante, significativo;

-Criativo: que possa ser aplicado, transferido para outras situações que contribuam para o avanço do conhecimento, que seja ferramenta de transformação;

-Significativo: deve ser bem aprendido, no momento certo e de forma adequada, de forma que, em qualquer situação, esteja apto para agir e interferir na realidade.

A prática pedagógica deve procurar valorizar a mediação dos conteúdos escolares com a prática social vivida, pois as ações passam a ser uma intervenção no processo de formação do homem na sociedade atual, permitindo que o aluno:

-Construa seu conhecimento de forma a interagir com a realidade, esclarecendo ideias, percebendo relações, estabelecendo conexões e criando vínculos a partir da afetividade;

-Expresse seus pensamentos, perceba semelhanças, discorde, busque resultados, arriscando intuição, compreendendo processos e deduzindo conclusões;

- Obtenha domínio nas noções de espaço, tempo e interações;

- Vivencie situações onde possa problematizar a realidade, formular hipóteses, analisar dados, esclarecer e criticar conclusões;

- Situe-se na realidade física e social, sabendo utilizar seus recursos pessoais;

-Busque enriquecer seus conhecimentos através da experimentação e aprendizagem do real;

- Desenvolva a capacidade de ação-reflexão-ação, atuando com autonomia e disciplina dentro do espaço social, generalizando os conceitos construídos e transformando sua prática social.

A metodologia de ensino deve estimular os alunos a atitudes transformadoras, visando a aquisição do saber integrado às realidades sociais, tendo como ponto de partida a prática social.

Dentro do processo, nos Ciclos I e II, alguns aspectos devem ser ressaltados:



**Uso da Dialética como método:** a partir de um ensino teórico-prático que reunifique saber e processo produtivo, ciência e produção, cultura e técnica, atividade intelectual e manual, tendo como ponto de partida, o saber assistemático elaborado pelo aluno nas relações vivenciadas em sua prática social para que, com as intervenções do professor, ele reelabore seu saber tornando-o sistemático.

#### **4.1.2. Ser Humano**

À escola cabe a preocupação de exercer a capacidade de readaptação, às condições de vida e de desenvolver os aspectos intelectuais. O projeto moderno de educação é otimista sobre as possibilidades da natureza humana e do ponto de vista histórico, situando o indivíduo na sociedade e no mundo, dependendo do que ele faz e constrói. Ele parte da valorização e da acumulação do saber que nos fornece a imagem do mundo – tradição, embora sem pensar, esse saber e essa imagem como definitivos, mas como elaborações construídas em liberdade, podendo assim, ser representadas sob uma cultura universal e mais justa. À educação escolar, cabe a tarefa de unir indissocialmente tanto na tradição valorizada em cada momento como nas possibilidades para mantê-la em frequente processo de reconstrução.

A cultura e sua autocrítica são duas condições da profundidade da atualidade da educação, vigente em cada momento, cuja tarefa é nos situar em um dado momento onde nos nutrimos do passado avaliado, criticando o presente e, portanto, aberta ao futuro. Essa concepção explica o reconhecimento da educação da atualidade como um direito universal do homem, da mulher e, particularmente da criança: um componente da cidadania plena. Através dele, decorre a dignificação humana ao entender que pelo seu exercício é possibilitado o enriquecimento da própria vida. Tudo isso é um valor em si, entrelaçado com outros direitos civis, políticos e econômicos. O não cumprimento do direito à educação, não só empobrece a vida do indivíduo como limita seu horizonte e, outros direitos como a livre expressão, a



participação política ou direito ao trabalho nas sociedades avançadas deixarão de serem realizados.

#### **4.1.3. Educação**

A educação não se reduz só ao ensino, entretanto, o ensino é educação. Podemos dizer que a natureza humana não é dada ao indivíduo, mas é por ele produzida. Portanto, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e à descoberta de formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 1992 – p. 21).

Como a educação, a escolarização se assemelha a alguns indivíduos e distancia-se socialmente de outros, torna-se necessário oferecer conteúdo que produzam aproximações e diferenças entre as pessoas, uma educação que estruture as relações sociais em geral. Portanto, o que indivíduos e sociedades são ou poderão ser, não pode ser explicado ou rejeitado, sem serem considerados os efeitos dos sistemas educativos.

Não podemos falar em futuro sem nos reportarmos ao passado e sem saber o que governa o presente. Só podemos preencher o futuro a partir do presente, com projetos enraizados nos ideais do passado e atuais. Assim, necessitamos repensar os pressupostos que contribuam na elaboração de projetos de ensino, voltados para a democratização do processo educativo, e na construção de uma sociedade democrática.

O pensamento moderno em educação estabelece um equilíbrio difícil e estimulante entre o valor do conteúdo, que deve ser denso e relevante e a busca da apropriação significativa do saber. A educação escolar deverá manter e estimular o valor da expressão de cada um, a autonomia dos sujeitos, como sementes das quais poderão nascer atitudes críticas, para a reelaboração da cultura em etapas avançadas da escolarização. Propiciar um clima de abertura e de intercâmbios livres e irrestritos, cultivando a razão como habilidade,



produzido por meio do diálogo e do confronto de argumentos. Esse diálogo serve como proposta para interagir com o que é falado e realizado, entendendo a aprendizagem como participação.

A educação escolar é um processo de flexibilidade especializada e de alto nível, cabendo a ela, redimensionar a dinâmica do conhecimento no seu sentido mais amplo e as novas funções do educador como mediador deste processo. Para uma sociedade em constante transformação é importante definir os grandes eixos desta mudança. Novos espaços de conhecimento deverão ser vinculados para o resgate da cidadania, em particular, para a maioria pobre da população, modificando assim, a função do educador.

As novas tecnologias do conhecimento possibilitam visualizar com certa clareza a imensa revolução na organização e construção do conhecimento.

#### 4.2. Princípios e Fins

Os princípios que norteiam o trabalho realizado na escola estão de acordo com os princípios da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba que subsidiam o trabalho pedagógico, sendo eles os princípios da Democracia, da Autonomia, Trabalho Coletivo, Público e Equidade.

Estes princípios estão assim definidos<sup>1</sup>:

- **Democracia:** Está vinculada à construção de decisões coletivas, assegurada pela participação ativa dos interessados em determinada ação, com vistas a um fim. Nesse sentido, não se trata de conceder um benefício a alguém; mas, antes, considerar a possibilidade de influência dos interessados na proposição e execução de políticas públicas para o acesso e fruição de certo direito.
- **Autonomia:** Está relacionada aos limites das ações e dos atos educacionais, balizados pelo caráter público e subjetivo do direito à educação. A liberdade na atuação, em qualquer instância, está

---

<sup>1</sup> Estes princípios constam no site da Prefeitura Municipal de Curitiba. Disponível em: <<http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/principios-do-ensino-fundamental-de-curitiba/5782>>. Acesso em: 29/09/2016.



sempre circunscrita pela obrigatoriedade de fornecer as condições para o acesso e fruição do direito à educação a todos. Portanto, é o estatuto de direito que delimita a autonomia, nas proposições políticas e ações educacionais.

- **Trabalho Coletivo:** Atuar coletivamente é condição essencial ao exercício democrático. Políticas e ações concebidas e planejadas em conjunto têm mais chances de efetivação, pois a ação pedagógica pressupõe o trabalho coletivo, uma vez que o direito à educação só será garantido quando todos se responsabilizarem pela distribuição equânime deste bem social.
- **Público:** Para a efetivação do direito à educação equânime para todos, é condição que o espaço público seja utilizado como público e não como privado, ou seja, as ações ali operadas só tem sentido se contribuírem para a disponibilização desse direito.
- **Equidade:** O princípio da equidade não deve ser tomado como sinônimo de igualdade. A igual distribuição da educação só reproduz as desigualdades sociais já existentes. Assim, equidade educacional significa disponibilizar a todos e a cada um o necessário para sua emancipação social.

A escola propõe uma metodologia que oriente essas transformações, sabendo-se que é um grande desafio, pois toda mudança traz medo e insegurança, mas a escola não poderá deixar de acompanhar as modificações que a própria sociedade exige.

Buscando efetivar esses princípios, entendemos a educação como processo permanente onde o conhecimento não é estático, mas permeado de uma rede de significado onde o professor assume o papel de mediador, de coparticipante do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido torna-se imprescindível que esse profissional esteja em constante desenvolvimento e atualização para garantir a qualidade de ensino. Esse princípio está assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, em seu artigo



63, onde busca garantir “programas de educação continuada para os profissionais da educação dos diversos níveis”.

#### **4.2.1. Da Instituição**

Para Descartes, a escola tem de ser um pouco menos leccionadora e bastante mobilizadora e organizadora de um processo cujo movimento deve envolver os pais e a comunidade, de modo a integrar os diversos espaços educacionais que existem na sociedade, inclusive, ajudando a criar novos ambientes científico-culturais, que levem à ampliação do leque de opções e ao reforço das atitudes criativas do cidadão.

Para que estas transformações aconteçam de forma dinâmica e articulada, necessitamos de formas diferenciadas e flexíveis de gestão, o que só pode ser conseguido com ampla participação dos interessados.

A Gestão Democrática associa-se a dois princípios para a formação da cidadania: autonomia e participação.

Entende-se por autonomia nos sentidos pedagógicos, administrativos e financeiros, a ampliação de direitos e deveres, compromissos e responsabilidades de todos os segmentos da comunidade, lidando com os desafios, as diversidades, o pluralismo e a coletividade.

A participação relaciona o compromisso da comunidade educativa com a qualidade do trabalho pedagógico, buscando soluções responsáveis e criativas por meio de um processo de negociação e construção de parcerias, rumo a objetivos educacionais justos e igualitários. Deve prever a adesão de todos os agentes no processo e, como prática política, reverter relações autoritárias (verticais), construindo relações democráticas (horizontais).

A Gestão Democrática pressupõe autonomia financeira e administrativa e para construir o seu sistema de autoavaliação. Este processo tem como instância significativa o Conselho de Escola, buscando a efetivação de uma escola de qualidade, consciente de suas possibilidades e das melhores formas de suprir suas necessidades gerais e individuais.





A organização da escola em ciclos de aprendizagem surgiu com o intuito de valorização do aluno, respeitando sua individualidade e o ritmo de assimilação e aprendizagem de cada um.

Além de respeitar o ritmo de aprendizagem, os ciclos afugentam o fantasma da repetência que na estrutura seriada funcionava como desanimador e como avaliação de incapacidade dos que eram retidos, e que acabavam se sentindo discriminados por possuírem ritmo diferente dos demais. Em situações mais extremadas, contribuía também para a evasão escolar, que o ciclo consegue minorar e na maioria das vezes resolver.

Dentro do ciclo, mesmo respeitada a individualidade e o ritmo de cada um, quando são observadas dificuldades muito específicas, investe-se nos trabalhos com a corregente e com o apoio pedagógico, para todos e todas terem as mesmas oportunidades.

Muito importante salientar a parceria entre a escola e a família, pois juntas formam uma equipe. É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir.

Ressalta-se que mesmo tendo objetivos em comum, cada uma deve fazer sua parte para que atinjam o caminho do sucesso, que visa conduzir as crianças a um futuro melhor, com maior autonomia.

Nessa perspectiva, a escola desenvolve ações para conscientização, prevenção e identificação de práticas de intimidação sistemática (bullying), com toda comunidade educativa. Estar atento a situações que possam caracterizar bullying, cyberbullying, para providências sobre a política antibullying.

O ideal é que família e a escola tracem as mesmas metas simultânea e coletivamente, propiciando segurança na aprendizagem de forma que venha formar cidadãos críticos, capazes de enfrentar a complexidade de situações que surjam na sociedade.

#### **4.2.2. Da Gestão Escolar**



Gestão Escolar é o processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo tomada de decisão, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e de gestão financeira no âmbito escolar.

Para Cury (2005, p.01.): Gestão provém do verbo latino gero, gessi, gestum, gerere e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Trata-se de algo que implica o sujeito. Isto pode ser visto em um dos substantivos derivado deste verbo. Trata-se de gestatio, ou seja, gestação, isto é, o ato pelo qual se traz em si e dentro de si algo novo, diferente: um novo ente. Ora, o termo gestão tem sua raiz etimológica em ger que significa fazer brotar, germinar, fazer nascer. Da mesma raiz provêm os termos genitora, genitor, gérmen.

A gestão implica um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação, segundo a justiça. Nesta perspectiva, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos.

Sendo a gestão um processo de partilha é necessário que a mesma esteja pautada em uma gestão democrática e participativa, onde todos os agentes envolvidos estejam comprometidos com a mesma. Segundo Lück (2002, p.14), “a gestão escolar promove a redistribuição das responsabilidades que objetivam intensificar a legitimidade do sistema escolar”.

Gestão Democrática pressupõe que o poder imbuído na natureza política da gestão escolar decorre de um contrato firmado entre as pessoas que compõem a instituição, pautado no diálogo entre os sujeitos envolvidos, ou seja, “respeito à maioria”. As decisões devem levar em conta o diálogo e a alteridade, para que uma gestão democrática se constitua em DEMOCRÁTICA de fato. Assim gestão democrática é um processo político coletivo onde os sujeitos envolvidos identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca de solução daqueles problemas. Processo tal permeado pelo diálogo, alteridade, respeito às especificidades de todos os segmentos da comunidade escolar, bem como às



normativas estabelecidas coletivamente para garantia da legitimidade das tomadas de decisões.

A gestão democrática visa à melhoria da qualidade pedagógica do processo educacional. Baseada no diálogo, fazendo com que todos os envolvidos no processo educativo sintam-se parte do todo no que tange a participação e as tomadas de decisões no cotidiano escolar. Neste contexto o gestor escolar é aquele que promoverá a gestão democrática como prática mediadora do trabalho pedagógico, buscando a efetivação de uma escola pública de qualidade. “Gestão Escolar transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas”. BORDIGNON, GRACINDO, 2004, p.147.

A Constituição Federal de 1988 declara que o Brasil é um Estado Democrático de Direito que tem dentre seus fundamentos a cidadania (art.1º, II). No restante do texto constitucional, um conjunto de mecanismos necessários ao exercício dessa cidadania é instituído, destacando-se, em relação à gestão pública, o chamado direito à participação. Em termos educacionais, a Constituição foi ainda mais explícita e inovou em relação aos textos anteriores ao incluir dentre seus princípios a “gestão democrática do ensino público” (art.206, VII). Estes dispositivos constitucionais abriram espaço para a institucionalização de mecanismos de participação na gestão de escolas e sistemas educacionais. Juridicamente, a gestão democrática é tão importante para a “garantia do padrão de qualidade da educação” quanto à “valorização dos profissionais da educação”, a “gratuidade” e o “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas” (CF/88, art.206, incisos VII, V, IV e III, respectivamente).

A LDB (Lei nº 9.394/1996) toma para si a atribuição de regulamentar parte dos dispositivos constitucionais, reafirma o princípio da gestão democrática e delega para os sistemas de ensino específicos (nacional, estaduais e municipais) a definição das formas de exercitá-lo (LDB, art.3º, VIII, e art.14). O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), por sua vez, estabelece o direito à liberdade de opinião e expressão e de participação na vida política (art.16, II e VI); além disso, dentre os direitos especiais de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

crianças e adolescentes assegura “o direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias superiores” (art.53, III) e “o direito de organização e participação em entidades estudantis” (art.53, IV). Também estabelece o direito dos pais ou responsáveis de “ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais” (art.53, parágrafo único).

A gestão democrática na escola pública está regulamentada em leis e deve ser empregada de modo a organizar o funcionamento da mesma quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às suas ações e atos e possibilitar à comunidade escolar a aquisição de conhecimentos, saberes, ideais e sonhos, num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar.(BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Gestão da educação escolar. Brasília: UnB/CEAD, 2004).

Nesse sentido, está posto no Plano Nacional de Educação que “a gestão deve estar inserida no processo de relação da instituição educacional com a sociedade, de tal forma a possibilitar aos seus agentes a utilização de mecanismos de construção e de conquista da qualidade social na educação”. Para que haja a participação efetiva dos membros da comunidade escolar, é necessário que o gestor, em parceria com o Conselho de Escola, crie um ambiente propício que estimule trabalhos conjuntos, que considere igualmente todos os setores, coordenando os esforços de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, estudantes e pais envolvidos no processo educacional. A gestão democrática é a expressão de um aprendizado de participação pautado pelo dissenso, pela convivência e pelo respeito às diferenças, em prol do estabelecimento de espaços de discussão e deliberação coletivos.

Neste processo o gestor escolar além de exercer a liderança no ambiente escolar, deve incentivar novas lideranças, compartilhando compromissos e responsabilidades de forma criativa, visando à melhoria do processo e dos resultados educacionais. É importante que o gestor



compreenda que o seu papel na escola deve ser o de líder democrático na coordenação dos processos pedagógico e educativo. Portanto, cabe-lhe a função de mediar à implementação dos espaços necessários às ações e das decisões compartilhadas na escola. Compete ao gestor, como liderança na escola, coordenar as ações, integrá-las, promover a participação das comunidades local e escolar na consolidação de uma escola focada no sucesso e bem-estar do aluno e na realização dos sonhos, objetivos e metas coletivos.

Em relação ao conceito de participação, Libâneo, (2003, p. 35), afirma que o gestor “fundamenta-se no princípio da autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos para a livre determinação de si próprios, isto é, para a conclusão das decisões na própria vida”. O que significa redimensionar a postura, enquanto cidadão, que deseja vencer os desafios que estão postos no cotidiano. Nessa ótica, percebe-se que o autor acima, considera a participação como a ferramenta primordial para a cidadania, pois ela possibilita as intervenções dos profissionais da educação, dos pais e dos alunos em prol da autonomia da escola, formando uma comunidade democraticamente organizada que interage na sociedade com os seus segmentos. Dessa forma, percebe-se que a participação das pessoas proporciona um clima agradável entre os professores e a comunidade escolar, possibilitando o aumento da produtividade pelas práticas democráticas, isto é, as formas não autoritárias de exercícios do poder, o que nas entrelinhas deixa claro que permite conhecimento das atividades desenvolvidas no interior da escola, pelo trabalho que realizado no coletivo de seus segmentos, portanto todos passam a distinguir suas funções e as dos outros companheiros de trabalho, que conseqüentemente são mais produtivas e até mesmo de qualidade.

É fundamental observar o que Libâneo (2003, p. 330) nos aponta: “Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham para intensificar seu envolvimento com ela, e, assim acompanhar a educação oferecida”. De acordo Libâneo, a participação é o



melhor caminho para que a comunidade compreenda melhor o trabalho realizado pela escola, porque é somente através da participação que se estabelece a liberdade das ações e da construção coletiva em respeito uns aos outros, através do diálogo e do poder de decisão, que deve ser exercido por todos que participam efetivamente das tarefas da escola, no intuito de fazê-la progredir na qualidade do ensino e da aprendizagem das crianças, adolescentes, jovens e adultos.

#### **4.2.2.1. Órgãos Colegiados (Conselho de Escola)**

#### **4.2.2.2. Instituição Auxiliar (APPF)**

##### **Conselho de Escola**

Segundo Paulo Freire: “Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.”

Conselho de Escola é um órgão de representação da comunidade escolar. Trata-se de uma instância colegiada que deve ser composta por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar e constituir-se num espaço de discussão de caráter consultivo e/ou deliberativo. Ele não deve ser o único órgão de representação, mas aquele que congrega as diversas representações para se constituir em instrumento que, por sua natureza, criará as condições para instauração de processos mais democráticos dentro da escola. Portanto, o conselho escolar deve ser fruto de um processo coerente e efetivo de construção coletiva.

Precisamos considerar a importância dos Conselhos não só como mecanismos eficazes de promoção da democracia representativa em um organismo institucional cuja regulamentação e atribuições estão definidas na legislação, mas também como mecanismo de elevação do poder de decisão



dos sujeitos e da prática fundadora de um movimento social que luta pela construção de uma sociedade verdadeiramente democrática (NAVARRO, 2004).

O Conselho Escolar constitui um dos mais importantes mecanismos de democratização da gestão de uma escola. Nessa direção, quanto mais ativa e ampla for à participação dos membros do Conselho Escolar havida da escola, maiores serão as possibilidades de fortalecimento dos mecanismos de participação e decisão coletivos.

Pensar a gestão democrática implica ampliar os horizontes históricos, políticos e culturais em que se encontram as instituições educativas, objetivando alcançar a cada dia mais autonomia. A comunidade escolar deve ter um grau de independência e liberdade para coletivamente pensar, discutir, planejar, construir e executar seu projeto político-pedagógico, entendendo que neste está contido o projeto de educação ou de escola que a comunidade almeja, bem como estabelecer os processos de participação no dia-a-dia da escola conceito de autonomia, segundo Barroso (2001, p. 16), ou seja, a autonomia e a gestão democrática vistos como espaços articulados de construção diária e, portanto, resultado da mobilização e do envolvimento de todos os participantes neste processo de poder e no compromisso com o aprendizado de qualidade. Isso quer dizer que a organização e a gestão da escola passam a ser assunto dos diferentes segmentos que compõem as comunidades local e escolar.

Nesse cenário, questões como avaliação educacional, planejamento escolar, calendário, projeto político-pedagógico, eleições, festas e muitas outras atividades e decisões contam com a participação cada vez maior dos pais, dos estudantes, dos professores, dos funcionários, entre outros. O objetivo deste processo é o fortalecimento da unidade escolar através da democratização das relações entre todos os segmentos.

Nesse contexto, a presença do Conselho Escolar é imprescindível, uma vez que, como instância colegiada, com a representação dos diversos segmentos, cabe-lhe coordenar e acompanhar as discussões concernentes às prioridades e objetivos da escola, analisar e encaminhar os problemas de



ordem administrativa ou pedagógica, conhecer as demandas e potencialidades da comunidade local, estimular a instituição à práticas pedagógicas democráticas e transparentes, e incentivar a corresponsabilidade no desenvolvimento das ações de todos os que integram a comunidade escolar.

Uma das questões importantes na gestão democrática diz respeito à abertura de espaço para o “pensar diferente”. É o pluralismo que se consolida como postura de “reconhecimento da existência de diferenças de identidade e de interesses. Outro elemento fundamental da gestão democrática é a transparência, que está intrinsecamente ligada à ideia de escola como espaço público. Face ao atual predomínio da lógica econômica em todos os setores sociais, inclusive na educação, garantir a visibilidade da escola frente à sociedade, torna-se uma questão ética. Como um amálgama dos elementos constitutivos da gestão democrática: a transparência afirma a dimensão política da escola, sua existência pressupõe construção de um espaço público vigoroso e aberto às diversidades de opiniões concepção de mundo, contemplando a participação de todos que estão envolvidos com a escola. (ARAÚJO, 2000, p. 155).

Com isso, a concepção de gestão democrática descrita acaba por estabelecer nos Conselhos Escolares tornam-se, nesse contexto, instrumentos importantes para a desejada prática democrática. A escolha democrática dos dirigentes escolares a consolidação da autonomia das escolas, alinham-se aos colegiados com a finalidade de desvendar os espaços de contradição gerados pelas novas formas de articulação dos interesses sociais. A partir do conhecimento destes espaços, certamente presentes no cotidiano da vida escolar e das comunidades, é que será possível ter os elementos para a proposição e construção de um projeto educacional inclusivo. (AZEVEDO; GRACINDO, 2005, p. 34)

O conselho escolar tem papel decisivo na gestão democrática da escola, quando utilizado como instrumento comprometido com a construção de uma escola cidadã. Assim, constitui-se como um órgão colegiado que representa a comunidade escolar e local, atuando em sintonia com os gestores escolares e definindo caminhos para a tomada de decisões administrativas, financeiras e





político-pedagógicas, que sejam condizentes com as necessidades e potencialidades da escola. O gestor escolar e as demandas da gestão democrática: exigências, práticas, perfil e formação.

### **Instituição Auxiliar (APPF)**

APPF E. M. Dom Bosco - Educação Infantil e Ensino Fundamental é um órgão de representação de pais, professores e funcionários da Unidade Escolar, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins econômicos, não sendo remunerados os seus dirigentes ou conselheiros. Disponível em: <Estatuto da Associação de Pais, professores e funcionários - APPF Escola Municipal Dom Bosco – Educação Infantil e Ensino fundamental>.

Serão associados efetivos todos os pais, responsáveis legais ou responsáveis pelo acompanhamento da vida escolar do aluno, professores com vaga fixa ou RIT anual, pedagogos e funcionários da Unidade Escolar.

São órgãos da administração da APPF:

- I – Assembleia Geral;
- II – Conselho Deliberativo;
- III – Conselho Fiscal;
- IV – Diretoria.

As deliberações da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal serão acompanhados por uma Assessoria Técnica que prestará a devida orientação para elaboração e devido pronunciamento sobre assuntos de interesse da Associação.

A Assembleia Geral, órgão soberano da APPF, constituída pela totalidade dos associados, em pleno gozo de seus direitos, será convocada e presidida pelo Presidente da APPF.

A APPF da Escola Municipal Dom Bosco é assim constituída:

- Diretoria - Presidente, Vice - presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros;
- Conselho Deliberativo Fiscal (composto por cinco representantes pais, dois representantes de professores e um representante de funcionários);



- Assessoria Técnica (Direção e duas representantes do setor Pedagógico).

A participação da comunidade escolar (pais, professores, funcionários) nas decisões, na busca de soluções para os problemas do cotidiano escolar, no suporte à direção e à equipe enriquece e contribui para a melhoria da qualidade do trabalho escolar. Todos os envolvidos no processo são responsáveis pelas decisões tomadas, ou seja, coletivamente se discute, participa, colabora e avalia as necessidades prioritárias para a escola, tanto no âmbito financeiro, administrativo e pedagógico, pois a transparência é fundamental na construção de uma gestão democrática e participativa, assegurado pela LDB 9394 no seu artigo 14. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br/topicos/.../artigo-14-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-199](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/.../artigo-14-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-199). Acesso em 24 de outubro de 2016. Art.14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do Ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Fica clara a com base na legislação que a meta da APPF é promover a integração entre família e escola assegurando a gestão democrática e participativa, demonstrando a força que a APPF tem enquanto mecanismo de ação coletiva. Este aspecto de representatividade é confirmado por Hora (2000 p.136) quando afirma: Na medida em que se consegue a participação de todos os setores da escola – educadores, alunos, pais e funcionários – nas decisões a respeito de seus objetivos e de seu funcionamento, a escola tem melhores condições para pressionar os escalões superiores, no sentido de apropriar-se de autonomia e recursos. Será muito mais difícil dizer não quando a solicitação não for de uma pessoa, mas de um grupo, que representa todos os segmentos



e que esteja instrumentalizado pela conscientização que sua própria organização proporciona. A APPF tem como objetivos:

- Auxiliar a equipe diretiva escolar no cumprimento de suas ações e das diretrizes postas no Projeto Político Pedagógico da unidade;
- Representar os interesses dos segmentos que representam (pais, professores, funcionários) em prol de um ensino de qualidade;
- Auxiliar a gerir os recursos financeiros recebidos do Governo Federal (PDDE) e do Município (Fundo Rotativo), bem como verbas próprias;
- Fiscalizar a utilização correta das verbas recebidas, a fim de que sejam utilizadas de modo a propiciar um espaço físico e pedagógico de qualidade aos educandos e profissionais que com eles atuam;
- Auxiliar na promoção de parcerias com entidades públicas e ou privadas;
- Auxiliar na promoção de eventos, festividades, ações culturais;
- Participar das reuniões sugerindo ações que oportunizem a integração família-escola-comunidade.

#### **4.3. Objetivos entre as etapas**

Na perspectiva da integração entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, os campos de experiência – organização interdisciplinar, por excelência, fundamentam importantes processos que terão continuidade e progressão nas demais etapas da Educação Básica, quando serão tratados em Áreas de Conhecimento da Base Nacional Comum Curricular (Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática) e respectivos componentes curriculares, como já citado anteriormente. Assim, tanto os campos de experiência não são nomeados como áreas de conhecimento, quanto as aquisições ocorridas não são



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

apontadas em termos de domínio de conceitos, mas como capacidades construídas pela participação da criança em situações significativas.

Mesmo sabendo tratar-se de mudança significativa a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, dar-se-á de forma mais tranquila quanto maior for o envolvimento dos profissionais da instituição no preparo das mesmas para esta nova realidade e, para isso estaremos envidando esforços.

Ações conjuntas de integração da educação infantil com o ensino fundamental, dos 5º anos para os 6º anos também, serão realizadas durante o ano letivo, propiciando integração lenta e gradativa para a concretização da mudança transcorrer com serenidade, naturalidade e segurança, não sujeitando a criança a nenhum desconforto e impactos desnecessários.

As Secretarias de Educação Municipal e Estadual uniram esforços para desenvolverem ações, principalmente de acolhimento e orientação, a todos os envolvidos no processo de transição dos 5º anos. Professores, pais e estudantes são contemplados nesse processo intersetorial com palestras para e com professores, visitas as escolas, trocas de informações.

A legislação evidencia a necessidade de planejamento integrado para a execução de planos e políticas educacionais, por meio de ações coordenadas entre as instâncias administrativas estaduais e municipais.

Os textos do ordenamento jurídico nacional seguem ressaltando a importância da atenção quanto ao processo de transição dos estudantes da fase inicial do ensino fundamental para a fase final, quando verificamos que no documento referente às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, na parte que trata do Sistema Nacional da Educação:

Mesmo no interior do Ensino Fundamental, há de se cuidar da fluência da transição da fase dos anos iniciais para a fase dos anos finais, quando a criança passa a ter diversos docentes, que conduzem diferentes componentes e atividades, tornando-se mais complexas a sistemática de estudos e a relação com os professores.

A atenção à questão da transição é também citada na Resolução CNE/CEB n.º 4/2010, no § 2º do art. 18, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica:



A transição entre as etapas da Educação Básica e suas fases requer formas de articulação das dimensões orgânica e sequencial que assegurem aos educandos, sem tensões e rupturas, a continuidade de seus processos peculiares de aprendizagem e desenvolvimento. (BRASIL, 2010).

O Plano Municipal de Educação de Curitiba apresenta uma meta específica, a de n.º 24, que trata do regime de colaboração.

Assim, faz-se necessário ressaltar que, com a constituição do Grupo de Trabalho de Curitiba, por meio da Resolução Conjunta n.º 6/2014, instituída pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná e a Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, oficializou-se o regime de colaboração e o planejamento integrado entre a rede estadual e a rede municipal de Curitiba, sendo essas ações essenciais para o requisitado nas legislações mencionadas, quanto à transição dos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e as atribuições cabíveis aos responsáveis por essa oferta.

#### **4.3.1. Educação Infantil**

Em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a educação infantil é qualificada como primeira etapa da educação básica. De acordo com o Parecer CNE/CEB 20/2009, de 11/11/2009 e fixadas pela Resolução CNE/2009, evidencia as creches e pré-escolas como espaços que possuem caráter institucional e educacional diverso daquele dos contextos domésticos ou de educação não formal. Dessa forma, a instituição de educação infantil se configura como o primeiro espaço de educação coletiva fora do ambiente familiar. Ainda na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigo 29, que trata dessa etapa de educação, destaca-se a sua finalidade, que visa ao desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Seis grandes direitos de aprendizagem devem ser garantidos às crianças na Educação Infantil. São eles: conviver, brincar, participar, explorar,



comunicar e conhecer-se. Esses direitos decorrem daqueles apresentados nos princípios orientadores para a elaboração da Base Nacional Curricular, considerando a especificidade das crianças atendidas pela educação infantil, principalmente em relação as suas idades. Também pela especificidade dessa faixa etária, as creches e pré-escolas se constituem em instituições promotoras do educar e cuidar, de modo indissociável, rompendo assim, com dois modos de atendimento fortemente marcados na história da educação infantil: o assistencialismo, que desconsidera a especificidade educativa das crianças dessa faixa etária e o escolarizante, que se orienta, equivocadamente, por práticas do Ensino Fundamental.

Para melhor atendimento à comunidade e a legislação vigente, além das mudanças estruturais que fazem-se necessárias como: reorganização das salas, adaptação de sanitários, adequação de espaços físicos, mobiliário e materiais apropriados a esta nova faixa etária que passaremos a receber, estaremos imbuídos do espírito de aprender e reaprender, enxergando na criança um sujeito, que tem direito de viver suas experiências de forma integral e intensa, por meio das relações educativas num espaço de convívio coletivo.

Sabendo da importância da participação da família no que condiz ao bem estar e pleno desenvolvimento da criança, e apoiando-se no texto contido no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 4º que diz: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, permanece o desafio de repensar essas relações sob a ótica de atuação conjunta.

A proximidade e a parceria entre família e instituição educativa é essencial na educação infantil, já que ambas são referências fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças.

Na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, o respeito às diferentes constituições familiares e a busca pela parceria com as mesmas, vem sendo cada vez mais intensificada, como já se apontava nas Diretrizes Curriculares



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

para a Educação Municipal de Curitiba – Educação Infantil, 2006. Sob o viés da Ação Compartilhada, muito tem se investido no que diz respeito ao acolhimento, ao envolvimento, ao diálogo, à orientação e ao encaminhamento. Destaca-se a necessidade de apresentar o espaço da escola como um importante contexto para o desenvolvimento da criança.

O principal desafio é trazer as famílias para o interior da instituição, devendo pensar primeiramente no acolhimento destas, de forma que sintam-se envolvidas, confortáveis e confiantes para compartilhar ideias, opinar, comprometer-se no desenvolvimento de seus filhos. A escola deve procurar recebê-las, com disponibilidade de tempo e organização, fortalecendo vínculos, ganhando novos parceiros, apoio e respeito, melhorando assim, a qualidade do atendimento às crianças.

Deve também informar e apresentar os objetivos propostos pelo Projeto Político Pedagógico. Propiciar o diálogo, a participação nas atividades promovidas, para que interajam com seus filhos e professores, a participação nos conselhos escolares, oportunizar momentos na prática educativa, participando coletivamente das propostas, ou seja, participando na rotina das crianças. Disponibilizar informações sobre as atividades realizadas pela criança, por meio de portfólios, registros, relatórios, pareceres descritivos, mostra de trabalhos, entre outros. Potencializar as discussões e reflexões que irão estabelecer referências, a partir de indicadores para a organização de espaços e tempos voltados a ambientes de qualidade para a educação infantil, através da Avaliação dos Parâmetros e Indicadores de Qualidade.

Procurar-se-á uma efetiva comunicação entre a instituição e as famílias, informando e orientando-as, através de bilhetes e informativos na agenda, contatos telefônicos, conversas e reuniões, cujo objetivo é o estreitamento das relações. Os profissionais estarão atentos aos sinais que alertem se a criança vem apresentando faltas constantes sem justificativas, sinais de maus-tratos, negligência, cabendo a equipe pedagógica-administrativa avaliar e se necessário acionar órgãos competentes, tais como Conselho Tutelar, Rede de Proteção, Unidade de Saúde.



### **A Avaliação na Educação Infantil**

A avaliação se anuncia como um instrumento de reflexão e tomada de decisão sobre a prática pedagógica, é um movimento que busca melhorar e orientar caminhos para a aprendizagem das crianças. É preciso ter clareza de que esta se efetive através do acompanhamento contínuo, pautado na observação, no registro e na documentação, o que requer um olhar diferente que supere a prática educativa de avaliar de forma classificatória e excludente.

Segundo o artigo 10, do Parecer nº CNE/CEB 20/2009, as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I – a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II – utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.);

III – a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV – documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V – a não retenção das crianças na Educação Infantil.

A avaliação na educação infantil, deve ser pensada a partir das experiências vividas ressaltadas pela heterogeneidade, pela diferença e pela ideia de (re)construção do conhecimento. A instituição deve levar em consideração as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram, o material oferecido, os agrupamentos que as crianças formaram, o material





oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades (BRASIL, 2009, p.16). Alguns instrumentos serão considerados, como instrumentos avaliativos, tais como: o portfólio, que se define como uma coleção de amostras significativas que evidenciam o desenvolvimento do sujeito em um determinado período; a pauta de observação, que nada mais é do que as observações do acompanhamento do desenvolvimento infantil de cada criança; o parecer descritivo ou relatório de avaliação, que se trata de um registro-síntese do percurso realizado pela criança, construído semestralmente, sendo arquivado na instituição e entregue aos pais. O professor deverá levar em consideração questões de ordem cognitiva e socioafetiva da criança e de suas relações, o trabalho com as diferenças; a análise das possibilidades de desenvolvimento, não apenas das dificuldades; o respeito ao percurso da criança, focando na aprendizagem e não nos comportamentos.

Outro momento avaliativo que se faz presente na instituição é com a discussão e reflexão dos Parâmetros e Indicadores de Qualidade para as escolas municipais que ofertam educação infantil. Momento este, que envolve a comunidade num propósito de avaliar e buscar novas ações de forma que contribua para uma melhor qualidade da educação de nossas crianças.

Os diferentes processos avaliativos contribuem para o acompanhamento do desenvolvimento da criança e também possibilita ao professor e instituição a análise e a avaliação de seus trabalhos.

#### **4.3.2. Educação Especial**

Segundo Gil (2012), a educação, um bem socialmente reconhecido e juridicamente protegido para todos, foi instituída como um direito público e subjetivo na Constituição Federal de 1988, o que impede indivíduos ou grupos sociais dele alienar-se ou, dito de outra forma, ninguém tem o direito de ficar de fora. Nesse sentido, a obrigatoriedade, para que ninguém dela se aliene, e a gratuidade, para que ninguém dela seja excluído, circunscrevem esse bem social para todos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

As escolas da Rede Municipal de Educação de Curitiba, devem colocar indivíduos dos mais diferentes grupos sociais em condições de participação paritária, com igual possibilidade de influência nos destinos da sociedade curitibana. Considera-se uma BOA ESCOLA aquela que tem no seu propósito primordial o acesso e a fruição do direito à educação de qualidade para todos.

Portanto, a BOA ESCOLA tem como princípios e pressupostos fundamentais a equidade e a democracia, concretizadas na ação pedagógica da autonomia e do trabalho coletivo, que emergem da compreensão e do respeito pelo espaço público. Articulados, esses princípios e pressupostos norteiam a justa distribuição do direito à educação de qualidade para todos, preconizada há vinte e cinco anos pela Constituição Federal.

O êxito da política de inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino depende, em primeiro lugar, de uma mudança na concepção que temos da escola e da compreensão de que cada aluno é único e sofre continuamente um processo de transformação, que o diferencia dos colegas e, no tempo, de si mesmo.

Mas não é só isso: o sucesso das políticas que visam à inclusão escolar de alunos com deficiência depende também de recursos que lhe permitam compensar as limitações funcionais motoras, físicas, sensoriais ou mentais no processo de inclusão e de construção do conhecimento.

São estudantes com necessidades educacionais especiais os que durante o processo educativo apresentarem:

1. Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:
  - a) Aquelas não vinculadas a uma causa orgânica não específica;
  - b) Aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências.
2. Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;



3. Altas Habilidades/Superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente os conceitos, procedimentos e atitudes.

Atualmente essa instituição atende estudantes com deficiência que apresentam Altas Habilidades/Superdotação e Transtornos Globais do Desenvolvimento (incluem-se nesse grupo estudantes com autismo), Deficiência motora e com a preocupação de sempre interpretar corretamente suas necessidades, e como selecionar os recursos mais adequados para a sua aprendizagem. Alguns desses alunos realizaram atendimentos especializados em contraturno, em Clínicas, CMAES, Sala de Recursos, Sala de Recursos Multifuncionais. A escola procura realizar contatos com esses profissionais, com o objetivo de obter informações e parcerias. Os estudantes que obtiveram junto à SME o direito de serem assistidos por um profissional de apoio em sala de aula. Esses professores articulam o trabalho em parceria com a professora regente, organizando rotinas e adaptando materiais necessários.

Os alunos que apresentam durante o seu percurso educacional, defasagens na aprendizagem, são encaminhados para aulas de reforço em contraturno, bem como são atendidos por professores corregentes em sala de aula. Juntamente com a professora regente, traçam estratégias para este aluno, no intuito de sanar suas dificuldades.

Os alunos com dificuldades de aprendizagem, após várias investidas da escola, sem grandes melhoras, são encaminhados para ADP – Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional. Após CMAE, são encaminhados para seus respectivos atendimentos, conforme orientações indicadas na ADP. Alguns destes alunos recebem o crédito transporte, para locomoção e acesso aos diferentes lugares que oferecem os atendimentos sugeridos, sejam pelo CMAE ou Avaliações médicas.

Muitas melhorias já foram realizadas no espaço escolar, a fim de garantir a acessibilidade dos estudantes com deficiência, entretanto, continuamos cientes da responsabilidade em ampliar essas conquistas no intuito de contribuir para uma BOA ESCOLA.



A inclusão da criança com deficiência no âmbito escolar é um debate atual que demanda a organização de várias propostas de trabalho, pelas especificidades inerentes à pessoa humana e pelas diversas barreiras existentes no contexto escolar.

Ao se pensar essa inclusão é importante refletir acerca do que é incluir de fato, já que se trata de um tema polêmico do ponto de vista da prática educacional. Para isso, a escola, como instituição que legitima a prática pedagógica e a formação de seus educandos, procura romper com a perspectiva homogeneizadora e adotar estratégias para assegurar os direitos de aprendizagens de todos. São elas:

- Incentivar o professor a participar de cursos, assessoramentos, ofertados pela S.M.E., para uma formação inicial e continuada que o encaminhe ao aprimoramento de novos conhecimentos e experiências, despertando sua criatividade, sensibilidade e observação;

- Ter como eixo norteador a legitimação da diferença, disponibilizando diferentes práticas pedagógicas, afim de que o aluno com deficiência possa acessar o objeto de conhecimento;

- Ressaltar que a concepção de que os alunos com deficiência não começam sua apropriação do sistema de escrita alfabética do zero.

- Compreender e desenvolver estratégias de inclusão de crianças com deficiência visual, auditiva, motora e intelectual, no cotidiano da sala de aula;

- Criar um ambiente alfabetizador, que favoreça a aprendizagem das crianças em espaços comuns;

- Conhecer a importância do uso de jogos e brincadeiras no processo de apropriação do sistema alfabético de escrita, analisando jogos e planejando em que os jogos sejam inclusivos, aplicados como recursos didáticos.

- Disponibilizar recursos e tecnologia, afim de promover condições de acessibilidade assegurando assim, plena participação e possibilidades de aprendizagem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

-Estabelecer parcerias produtivas com as famílias, a fim de acolher as dificuldades destas, colaborando assim, para a resolução proativa dos problemas;

-Acolher e informar às famílias dos estudantes, através de bilhetes na agenda, telefonemas, reuniões, de forma que estes sintam-se mais confiantes e parceiros da escola.

-Buscar junto ao Núcleo de Educação Regional e SME orientações, informações e serviços disponíveis aos estudantes com deficiência, tais como: profissional de apoio, atendimentos específicos, redução de alunos na turma (quando necessário), materiais adaptados, entre outros.

-Articular o trabalho do professor de sala de aula e o professor do atendimento educacional especializado (Sala de Recursos, Sala de Recursos Multifuncional, CMAE), a fim de garantir as condições necessárias ao ensino e à aprendizagem.

-Realizar adaptações no espaço físico escolar, como rampas, sinalizações, banheiros adaptados, entre outros, de forma que garanta a acessibilidade do estudante com necessidades especiais, garantindo o acesso deste a todos os espaços e para que possa participar de todas as atividades propostas.

Considerando cada aluno como único e diferente, precisamos rever completamente a pedagogia, adotando uma “pedagogia das diferenças”, que emancipa, cria autonomia, constrói as condições para o outro ser e se expressar no seu processo único de construção de conhecimentos.

Nos dias atuais, não cabe mais o professor que apenas transmite o conhecimento. Agora, o professor precisa assumir o papel de professor que cria as possibilidades para a produção do saber e sua construção, ou seja, ele precisa adequar sua metodologia, de forma que o aluno supere suas barreiras, aprenda de forma autônoma, instigante e criativa. O professor deverá buscar maiores conhecimentos, através dos cursos e assessoramentos ofertados pela S.M.E.

Em sala de aula, o professor avaliará o processo, como o estudante se relaciona com o conhecimento, como ele responde às solicitações do



professor, se ele manifesta atitude de dependência ou autonomia e se é necessário o uso de recursos, equipamentos e materiais para acessibilidade ao conhecimento. Ele avaliará também, se o mesmo apresenta melhor desempenho em atividades individuais ou em grupos, e a forma como ele interage com seus colegas.

Além das avaliações escritas, com o objetivo de informar ao professor o conceito que o estudante tem sobre a escrita, se beneficiará também de avaliações orais, quando necessárias.

Vale ressaltar que o professor deve observar e respeitar que cada estudante (com deficiência ou não) apresenta o seu ritmo próprio de/para a aprendizagem.

Esta escola sempre estará de portas abertas para atender os estudantes com necessidades especiais que aqui se matricularem, da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental.

#### **4.3.3. Ensino Fundamental**

Em 6 de fevereiro de 2006, a Lei n.º 11.274 (BRASIL, 2006) que altera artigos da Lei Nº9.394 de 20 de dezembro de 1996, dispõe que o Ensino Fundamental obrigatório é composto de nove anos com matrícula a partir de seis anos de idade. Ressalta-se que o ingresso dessas estudantes no ensino fundamental não é uma medida meramente administrativa. É preciso atenção ao processo de desenvolvimento e aprendizagem delas, o que implica conhecimento e respeito às suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas. Desta forma, o simples aumento do tempo dos estudantes na escola não assegura melhores aprendizagens, é preciso uma nova organização dos conteúdos, das práticas de sala de aula e, especialmente, o emprego eficaz do tempo escolar.

A análise detalhada da LDBEN aponta para uma concepção de educação que tem como princípios:

1. Todos são capazes de aprender.



2. É dever da escola propiciar situações de aprendizagem que valorizem as experiências dos estudantes.

3. É responsabilidade da escola a construção da proposta pedagógica (autonomia escolar) e adoção do princípio da gestão democrática.

A adoção desses princípios implica a necessidade de se romper com práticas seletivas, antidemocráticas e de exclusão. Por isso, a Escola Municipal Dom Bosco está organizada em Ciclos de Aprendizagem, atendendo o primeiro segmento composto por 05 (cinco) anos, o qual compreende o Ciclo I – 1º, 2º e 3º anos e o Ciclo II – 4º e 5º anos.

A organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental segue a orientação da SME, que propõe a organização da docência compartilhada (trio de regentes, ou seja, três professores/as a cada duas turmas). A partir dessa proposta o/a professor/a corregente da turma, além do trabalho de corregência, passou a assumir o componente curricular de ciências com duas aulas semanais. É importante destacar que o(a) professor(a) corregente realiza um trabalho conjunto com o(a) professor(a) regente.

## **5. BASES NORTEADORAS PARA ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO EDUCATIVO**

A perspectiva de trabalho em ciclos de aprendizagem considera a necessidade de retomar determinados conhecimentos que não foram assimilados em outros anos ao longo do processo pedagógico. Dessa forma, o planejamento do ensino e o plano das aulas serão retomados constantemente tendo em vista as aprendizagens efetivadas e as que estão em processo. Nesse sentido, currículo, planejamento e avaliação são elementos indissociáveis do trabalho pedagógico.

A organização e desenvolvimento do trabalho educativo envolvem a seleção de conteúdos e o planejamento de estratégias de ensino que serão utilizados para garantir a apropriação do conhecimento. Articulada a essas



escolhas está a decisão sobre o uso do tempo de abordagem dos diferentes conteúdos que compõem o currículo, o que incide nas possibilidades de tempos que favoreçam as aprendizagens. Nesse sentido, a Escola Municipal Dom Bosco faz uso das modalidades organizativas do tempo didático: atividades permanentes, sequências didáticas, projetos didáticos e atividades de sistematização, para organizar e desenvolver o trabalho educativo.

Planejá-las de forma integrada, de maneira complementar ou utilizadas separadamente conforme as aprendizagens implicadas, ao longo do ano, possibilita uma visão abrangente do processo educativo, permitindo o acompanhamento da aprendizagem e favorecendo a retomada e aprofundamento de conteúdos dos diferentes componentes curriculares.

A elaboração do plano de aula deve ser compreendido pelo/a professor/a como um momento de repensar e avaliar a sua prática, com o objetivo de registrar o que precisa ser retomado no trabalho em sala de aula com os/as estudantes. Também implica em planejar diferentes estratégias didáticas de forma a promover a aprendizagem.

Sendo o planejamento de ensino um recorte do plano curricular, é necessário ter clareza dos objetivos ao se trabalhar determinado conteúdo, das atividades que serão desenvolvidas para atingi-los, o que sabem sobre o assunto, o que ainda precisam saber, o que aprenderam, como provocar desafios e quais os encaminhamentos a serem realizados.

O planejamento de ensino desta unidade é trimestral, pois se compreende que esse tempo corresponde a uma organização do trabalho pedagógico que melhor atende às práticas escolares.

### **5.1. Currículo do Ensino Fundamental**

Iniciamos em 2013 estudos e discussões sobre a ação pedagógica, tanto da RME quanto a da escola, o direito à educação para todos e todas, os princípios e gestão democrática, currículo, para uma BOA ESCOLA. Tais discussões fundamentaram reflexões sobre a função da escola. Hoje a função





social da escola, se amplia, a fim de converter-se em centro privilegiado de educação, cidadania e cultura.

A escola, enquanto instituição ética e socializadora, consiste num dos principais meios para a formação crítica e cidadã. A tarefa maior da escola é a qualidade em educação tendo como objetivo o processo de aprendizagem para todos/as. O Currículo representa a composição dos conhecimentos e valores que caracterizam um processo social.

O currículo abrange as experiências de aprendizagens implementadas pela RME e que deverão ser vivenciadas pelos estudantes. Nele estão contidas todas as discussões que assegurem o processo do planejamento de ensino-aprendizagem de qualidade. A escola utilizará o Currículo do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

Ele deve contribuir para construção da identidade de todos e todas na medida em que ressalta a individualidade e o contexto social que estão inseridos. Além de ensinar um determinado assunto, deve aguçar as potencialidades e a criticidade. É de grande importância para a organização da ação pedagógica, onde contribui para a formação do corpo discente.

## **5.2. Currículo da Educação Infantil**

A Educação Infantil da Escola Municipal Dom Bosco, no que diz respeito ao currículo da Educação Infantil, pautado no Parecer do Conselho Nacional de Educação nº20/2009, entende que o currículo é um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico e, portanto, segue as Diretrizes Curriculares Nacionais e as orientações Curriculares para a Educação Infantil do Município.

Ao planejar e organizar os espaços de brincar e de expressão de outras linguagens infantis, vale identificar os saberes que as crianças já possuem e trazem consigo. Estes saberes são relevantes para refletir o conjunto de ações que deverão ser planejadas e vivenciadas por elas. Ressalta-se a importância



de considerar o tempo das crianças para as experiências, respeitando o ritmo de cada uma delas para a construção de sentidos.

As crianças constroem novos saberes que possibilitam sua aprendizagem e seu desenvolvimento de maneira integral. Diante disso, faz-se necessário considerar que, ao falar do currículo para crianças pequenas, este precisa ser aberto e vivo, porque as crianças são sujeitos envolvidos nesse contexto. As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI – Resolução CNE/CEB nº 05/09, artigo 4º) definem a criança como um sujeito histórico e de direitos, que brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e sobre a sociedade, produzindo cultura. O reconhecimento desse potencial aponta para o direito de as crianças terem acesso a processo de apropriação, de renovação e de articulação de saberes e conhecimentos, como requisito para a formação humana, para a participação social e para a cidadania, desde seu nascimento até seis anos de idade. Além disso, em uma ação complementar das instituições educativas com as famílias, a comunidade e o poder público, é imprescindível assegurar o direito das crianças à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à cultura, às artes, à brincadeira, à convivência e à interação com outros/as meninos/as.

Três princípios devem guiar o projeto pedagógico da unidade de Educação Infantil propostos nas DCNEI (Resolução CNE/CEB 05/09, artigo 6º):

-éticos (autonomia, responsabilidade, solidariedade, respeito ao bem-comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades);

-políticos (direitos de cidadania, exercício da criticidade, respeito à ordem democrática);

-estéticos (sensibilidade, criatividade, ludicidade, liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais).



### **5.3. Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena**

Nas últimas décadas houve uma reflexão de autoridades do país sobre a necessidade de rever a legislação, desenraizar conceitos ultrapassados ainda vigentes e reformular políticas que respeitem, contemplem e valorizem a riqueza de nossa diversidade étnico-racial e cultural, também movidos pela necessidade de reparação do que sabemos haver sido uma injustiça com o afrodescendente brasileiro, por séculos.

Desta reflexão surgiram os textos legais, dos quais transcrevemos o que julgamos sintetizar o que registram de mais significativo, para nortear o nosso trabalho dentro da Unidade Escolar.

A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, cujos conteúdos incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. Os conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Continua incluído no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”, como um momento de culminância das atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo.

Com a necessidade de mudança, e ampla exploração do assunto de maneira racional e equilibrada, é criada a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e têm por meta, promover a educação de cidadãos



atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática. A educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

Nas Diretrizes são estabelecidos princípios que deverão ser contemplados:

### **Consciência política e histórica da diversidade**

Este princípio deve conduzir:

- à igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos;
- à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;
- ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira;
- à superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados;
- a desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, ideias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem a negros e brancos;



- à busca, da parte de pessoas, em particular de professores não familiarizados com a análise das relações étnico-raciais e sociais com o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, de informações e subsídios que lhes permitem formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitadas;

- ao diálogo, via fundamental para entendimento entre diferentes, com a finalidade de negociações, tendo em vista objetivos comuns, visando a uma sociedade justa.

### **Fortalecimento de Identidade e de Direitos**

O princípio deve orientar para:

- o desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida;

- o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e os povos indígenas;

- os esclarecimentos a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal;

- o combate à privação e violação de direitos;

- a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais:

- as excelentes condições de formação e de instrução que precisam ser oferecidas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em todos os estabelecimentos, inclusive os localizados nas chamadas periferias urbanas e nas zonas rurais.

### **Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações**

O princípio encaminha para:

- a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

- a crítica pelos coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, professores, das representações dos negros e de outras minorias nos textos, materiais didáticos, bem como providências para corrigi-las;

- condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças;

- valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo, como a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura;

- educação patrimonial, aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando a preservá-lo e difundi-lo;

- o cuidado para que se dê um sentido construtivo à participação dos diferentes grupos sociais, étnico-raciais na construção da nação brasileira, aos elos culturais e históricos entre diferentes grupos étnico-raciais, às alianças sociais;

- participação de grupos do Movimento Negro, e de grupos culturais negros, bem como da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial.

No Voto da Comissão encontramos a exposição de motivos, que ilustram de maneira bem clara quais direitos desrespeitados visam ser resgatados:

- o de não sofrer discriminações por ser descendentes de africanos;

- o de ter reconhecida a decisiva participação de seus antepassados e da sua própria na construção da nação brasileira;

- o de ter reconhecida a sua cultura nas diferentes matrizes de raiz africana;

- diante da exclusão secular da população negra dos bancos escolares, notadamente em nossos dias, no ensino superior;



- diante da necessidade de crianças, jovens e adultos estudantes sentirem-se contemplados e respeitados em suas peculiaridades, inclusive as étnico-raciais, nos programas e projetos educacionais;

- diante da importância de reeducação das relações étnico-raciais no Brasil;

- diante da ignorância que diferentes grupos étnico-raciais têm uns dos outros, bem como da necessidade de superar esta ignorância para que se construa uma sociedade democrática;

- diante, também, da violência explícita ou simbólica, gerada por toda sorte de racismos e discriminações, que sofrem os negros descendentes de africanos;

- diante de humilhações e ultrajes sofridos por estudantes negros, em todos os níveis de ensino, em consequência de posturas, atitudes, textos e materiais de ensino com conteúdos racistas;

O ensino envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro e terá por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

Este ensino, se fará por diferentes meios e se desenvolverá o conteúdo nas disciplinas, principalmente de Arte, Literatura e História do Brasil, porém não exclusivamente.

Abrangerá entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história de quilombos e deverá ser dado destaque a acontecimentos, realizações próprios de cada região, localidade.

O 13 de maio, Dia Nacional de Luta contra o Racismo, será tratado como o dia de divulgação dos significados da Lei áurea para os negros. No 20 de novembro será celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra e em 21 de março, dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.



O ensino de história e de Cultura Afro-Brasileira far-se-á por diferentes meios, inclusive a realização de projetos de diferentes natureza, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação.

Deverão ser incluídos personagens negros, assim como de outros grupos étnico-raciais em cartazes e outras ilustrações sobre qualquer tema abordado na escola, a não ser quando tratar de manifestações culturais próprias de um determinado grupo étnico racial.

Os projetos políticos-pedagógicos das unidades escolares deverão visar o combate ao racismo, a discriminações, ao reconhecimento, valorização e respeito das histórias e culturas afro-brasileira e africana, pois “a construção de estratégias educacionais que visem o combate ao racismo é uma tarefa de todos os educadores, independentemente do seu pertencimento étnico-racial.”

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico-raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras.

Feita toda esta conscientização e valorização da cultura afro-brasileira e negra, acreditamos sejam as diferentes culturas e etnias devidamente respeitadas e valorizadas.

Havendo, ainda assim, qualquer indício de conduta inadequada para tais questões, será de responsabilidade do Conselho de Escola e de outros órgãos colegiados, o exame e encaminhamento de solução para situações de racismo e de discriminações, buscando-se criar situações educativas em que as vítimas recebam apoio requerido para superar o sofrimento, os agressores, orientação para que compreendam a dimensão do que praticaram e ambos, educação para o reconhecimento, valorização e respeito mútuos.





### **5.3.1. Educação e diversidade de gênero e orientação sexual**

Com a aprovação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, do Plano Nacional de Educação, iniciou-se a construção dos correspondentes planos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, nesse processo, uma série de temas ganhou significativa visibilidade, dentre eles, o debate em torno da dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação.

O processo de construção de práticas e representações de gênero e sexualidade ocorre em diferentes espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho e, também, na escola. A escola, historicamente, vem ensinando o que se institui como comportamento de meninos e meninas e organiza um conteúdo curricular com base em conceitos heteronormativos que grande parte das vezes não reconhecem a diversidade de desejos e relações sexuais e afetivas. As distinções sexistas nas aulas, na chamada, nas filas de meninos e meninas, nos uniformes, no tratamento e em relação às expectativas sobre alunos e alunas, a tolerância da violência, verbal e até física entre os meninos, as representações de homens e mulheres nos materiais didáticos, a abordagem quase exclusivamente biológica da sexualidade no livro didático, a estigmatização referente a manifestação da sexualidade das adolescentes, a perseguição sofrida por homossexuais, travestis e transexuais, tudo isso evidencia o quanto a escola (já) ensina, em diferentes momentos e espaços, sobre masculinidade, feminilidade, sexo, afeto, conjugalidade, família.

A Universidade de São Paulo e o MEC, realizaram em parceria um estudo que levanta índices de discriminação, preconceito e distanciamento social em escolas brasileiras, com diferentes recortes, entre eles gênero e orientação sexual, evidenciando o ambiente discriminatório. Nas escolas que apresentam maior nível de preconceito em relação a um determinado tema, também se observa maiores níveis em relação aos demais, apontando para a necessidade de estratégias articuladas de enfrentamento à discriminação que considerem diferentes dimensões (gênero e orientação sexual se colocaram



como centrais). Além disso, a pesquisa aponta para uma associação entre indicadores de preconceito/discriminação e um menor desempenho escolar, indicando o quanto os conceitos de gênero e orientação sexual se mostram fundamentais tanto para a garantia dos direitos, em especial do direito à educação e no enfrentamento às diferentes formas de violência, quanto no conjunto de esforços para qualificação do ensino e da aprendizagem.

A dimensão de gênero e orientação sexual tem sido componente fundamental das políticas públicas de educação, saúde, trabalho, assistência social, segurança pública, dentre tantas outras, em especial aquelas voltadas ao enfrentamento da desigualdade social, ao combate à fome, à pobreza e à extrema pobreza e à promoção dos direitos das mulheres e da população LGBT.

Diferentes áreas de conhecimento investiram e seguem investindo nos conceitos de gênero e orientação sexual. Existe um volume expressivo de conhecimento já produzido a partir destes conceitos, conhecimento que precisa ser incorporado ao currículo escolar, nos seus diferentes componentes e de maneira transversal. Há conteúdos e competências relacionados ao conceito de gênero que podem ser trabalhados, de maneiras distintas, na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, em todas as suas diferentes modalidades. Esses conceitos podem ajudar a compreender as desigualdades históricas entre homens e mulheres, além de ser central na compreensão e enfrentamento de diferentes formas de discriminação e violência, incluídos o machismo, o sexismo, a homofobia, o racismo e transfobia, que se reproduzem também em espaços escolares.

A escola estará incentivando seus profissionais a participarem de cursos (sobre o assunto especificado neste texto) ofertados pela mantenedora, a fim de buscar e ampliar seus conhecimentos, desenvolvendo trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de informática, na biblioteca, quadra de esportes e demais ambientes escolares, com o intuito de enfrentamento das diversas formas de discriminação.



#### **5.4. Projetos e Programas**

Com o objetivo de ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas as atividades Complementares Curriculares ampliam saberes, experiências e vivências sociais desenvolvemos em parceria com instituições públicas projetos e programas que visem uma aproximação entre a escola e a sociedade. É imprescindível um trabalho em consonância, onde o estabelecimento de ensino conheça as reais dificuldades enfrentadas pela sua comunidade e, a partir daí, desenvolva um trabalho onde o educando possa melhorar o ambiente onde vive. Com isso, ele será um agente transformador, que usa o conhecimento adquirido como mola propulsora para a modificação social.

- “Conhecer Para Prevenir - CPP” atualmente a aplicação dos Fundamentos de Defesa Civil nos Currículos Escolares é uma crescente preocupação da Secretaria Nacional de Defesa Civil. A prevenção é construída com “educação, orientação e esclarecimento”. Logo, o uso dos estabelecimentos de ensino como multiplicadores dos fundamentos de Defesa Civil vem ao encontro das expectativas Nacionais. A Prefeitura Municipal de Curitiba, através da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, numa parceria entre as Secretarias da Defesa Social (SMDS) e da Educação (SME), em harmonia com o preceituado no artigo XIII do Decreto Federal nº 5.376/05, que estabelece o Sistema Nacional de Defesa Civil, lançou o Programa Defesa Civil na Educação – Conhecer para Prevenir (CPP), em março de 2007, com o objetivo de semear nos jovens cidadãos usuários da Rede Municipal de Ensino o desejo por um futuro de maior segurança em relação aos desastres, através de ações educativas para a prevenção e preparação contra as principais adversidades presentes na vida urbana e que são hipóteses do cotidiano de qualquer pessoa. Têm por objetivo fazer com que os estudantes conheçam e compreendam todas as fases do CPP, sua utilidade



no ambiente escolar ou em qualquer outro em que eles se encontrem. A escola organiza periodicamente simulados de saída com segurança, em diversas situações de perigo e emergências.

- Rede de Proteção - Um ponto muito importante na reflexão sobre as funções e a organização das instituições hoje é retomar a relação entre saúde, qualidade de vida e processos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. Isso é reforçado por estudos recentes, que têm considerado as relações da saúde com a produção social e econômica da sociedade, articulando os aspectos históricos, econômicos, sociais, culturais, biológicos, ambientais e psicológicos que configuram os modos e estilos de vida. Nessa prerrogativa, os cuidados são ampliados e compartilhando esforços poderemos prevenir e inibir a violência, objetivo da Rede de Proteção. Por isso, além do desenvolvimento de ações de sensibilização, os profissionais devem atuar detectando situações de risco e agindo sobre elas. Em seguida, o acompanhamento dos casos irá contribuir para minimizar reincidências. Para tal, são discutidas ações com o envolvimento de diferentes profissionais: educadores, professores, assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, pedagogos, conselheiros tutelares e outros.
- O Projeto da Fanfarra existe na escola desde o ano de 2012. É uma iniciativa que visa à melhoria da qualidade da educação, por meio da música, integrando e envolvendo os estudantes em ações culturais. Os estudantes percebem que, em um grupo é preciso ter disciplina e atenção. Cerca de 40 estudantes, participam das atividades que acontecem em extensão de carga horária escolar, ampliando as atividades dos estudantes. Participantes do projeto aprendem práticas musicais, domínio das técnicas básicas de prática interpretativa, além de leitura musical,



treinamento rítmico e melódico. O projeto conta com a participação de maestros regentes, mantidos pela SME que, também ensinam aos estudantes as noções de instrumentação e orquestração, harmonia e domínio técnico instrumental. As aulas que ensinam os estudantes das turmas dos terceiros, quartos e quintos anos do ensino fundamental a tocar surdos, caixa, pandeiro, bumbo e lira, entre outros instrumentos, acontecem duas vezes na semana, em período de uma hora de aula, totalizando oito horas mensais. “O objetivo maior é que os estudantes se divirtam por meio da música, aprendam e desenvolvam a sensibilidade, a disciplina, trabalhar e conviver em grupo”. Os participantes do projeto ampliam o repertório musical por meio do domínio de técnicas básicas, de prática interpretativa, além de leitura musical e treinamento rítmico e melódico. A fanfarra promove o desenvolvimento integral das crianças, pois é uma prática completa que reúne atividade artística, física e educativa. Trabalhar com a musicalidade na escola reflete em importantes avanços pedagógicos a partir do desenvolvimento do ritmo, concentração, relação entre grupos que desenvolvem a aprendizagem entre os pares. A fanfarra é o veículo que faz o aluno participar mais ativamente no aprendizado musical. O aluno apresenta um potencial que deve ser explorado e desenvolvido, o que por meio da fanfarra promoverá não só o ritmo, mas também a melodia, que, embora às vezes simples, dará ao estudante o prazer de emitir sons diferentes no mesmo instrumento. Quando se incute uma mentalidade ordeira, sadia, com espírito de solidariedade humana e da consciência do bem estar comum, terá um homem de amanhã capaz de exercer o seu papel “social, competente e responsável”, conseguindo assim uma integração social com a valorização e respeito ao mundo que o cerca.



## 5.5. AVALIAÇÃO

A avaliação é compreendida como um conjunto de ações que têm a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente através da interpretação qualitativa do conhecimento construído. Possibilita conhecer o quanto ele se aproxima ou não dos critérios de aprendizagem que o currículo determina, em função da mediação pedagógica realizada.

Como prática formalmente organizada e sistematizada, a avaliação no contexto escolar realiza-se segundo objetivos escolares implícitos ou explícitos, que, por sua vez, refletem valores e normas sociais. Segundo Villas-Boas (1998, p. 21), as práticas avaliativas podem, pois, servir à manutenção ou à transformação social. Ainda para a referida autora, a avaliação escolar não acontece em momentos isolados do trabalho pedagógico; ela o inicia, permeia todo o processo e o conclui. No entanto, em qualquer nível de ensino em que ocorra, a avaliação não existe e não opera por si mesma; está sempre a serviço de um projeto ou de um conceito teórico, ou seja, é determinada pelas concepções que fundamentam a proposta de ensino.

A avaliação subsidia o docente com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo. É um instrumento de tomada de consciência das conquistas, dificuldades para reorganização do investimento na tarefa de aprender, possibilitando para a escola definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio.

Para que o docente possa pôr em prática seu planejamento de forma diferenciada às características individuais e das turmas, é fundamental que somem-se aos processos avaliativos, avaliações diagnósticas formais no início do ano letivo e também início do segundo semestre, além de levar em consideração resultados e processos observados em outras avaliações. Para Luckesi, "A avaliação só nos propiciará condições para a obtenção de uma melhor qualidade de vida se estiver assentada sobre a disposição para acolher,



pois é a partir daí que podemos construir qualquer coisa que seja”. O professor tem que estar disposto a transformar a realidade do seu aluno, mas primeiro terá que aceitá-lo do jeito em que se encontra. Ao acolher esse sujeito está dando uma chance de mudança, apresentando novos caminhos construirá, juntamente com ele, uma nova realidade.

### **5.5.1. Concepção de avaliação numa perspectiva de inclusão**

### **5.5.2. Processo de avaliação / instrumentos**

Segundo Luckesi [1], (2007, p. 5) “Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva. [...] O ato de avaliar tem seu foco na construção dos melhores resultados possíveis, enquanto o ato de examinar está centrado no julgamento de aprovação ou reprovação.” Portanto, a avaliação deve ser usada em prol da inclusão do indivíduo na sociedade através da construção de um saber sistemático e de um cidadão com criticidade.

A avaliação com função diagnóstica compõe um momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento da autonomia e competência.

Por isso é importante a resignificação da avaliação, a fim de que esta ocorra de forma diagnóstica, contínua, dinâmica e investigativa para que o professor consiga perceber os pontos que possuem fragilidades na aprendizagem e, de tal modo, ajude o aluno a trilhar um caminho diferente, proporcionando a inclusão deste indivíduo no processo de ensino-aprendizagem. Assim afirma Luckesi [2] (2005, p. 2):

“Para um verdadeiro processo de avaliação, não interessa a aprovação ou reprovação de um educando, mas sim sua aprendizagem e, conseqüentemente, o seu crescimento; daí ela ser diagnóstica, permitindo a tomada de decisões para a melhoria; e, conseqüentemente, ser inclusiva, enquanto não descarta, não exclui, mas sim convida para a melhoria.”



A avaliação formativa é um componente indispensável e indissociável da prática pedagógica na escola, suas múltiplas funções se consolidam na orientação e regulação do processo ensino-aprendizagem no âmbito da aprendizagem significativa.

Para o professor, ela orienta e regula a prática pedagógica, uma vez que se propõe analisar e identificar a adequação de ensino com o verdadeiro aprendizado. A avaliação formativa é realizada ao longo do processo, é contínua e dá parâmetros para verificar os objetivos alcançados para a inferência no processo ensino- aprendizagem. Por meio da avaliação formativa é possível verificar os objetivos atingidos, levantar dados relevantes a fim de realizar e aperfeiçoar procedimentos avaliativos. (HAYDT, 2008).

Cada um dos tipos de avaliações pode ser utilizado com função específica em diferente momentos do processo avaliativo e suas funções dependem da forma de uso dos objetivos que busca-se atingir.

A avaliação deve ser utilizada como instrumento para a retomada do planejamento, de forma que seja interpretada como um momento de observação de um processo dinâmico e flexível.

Por toda a complexidade que implica o ato de avaliar, este deve ser o mais compartilhado possível.

É fundamental envolver outros docentes que tenham contato com o estudante, em momentos e situações diversas, permanências, conselho de classe, reuniões pedagógicas, visando possibilitar que a avaliação seja construída a partir de pontos de vista diversificados.

A avaliação envolve um processo contínuo desde a chegada do(a) estudante na Escola, através de diagnóstico da realidade e de conhecimentos, para o desenvolvimento do trabalho que venha de encontro com as necessidades e seu desenvolvimento.

A avaliação dispensa níveis de comparação. O referencial é o próprio sujeito. Deve-se analisar o processo de aprendizagem em relação a ele mesmo.





A prioridade na avaliação está focada no desenvolvimento, nas experiências trazidas, considerando os diferentes estágios e momentos diferentes, como também aspectos do seu universo cultural.

Ela deve assumir uma postura contínua, constatativa, investigativa e integrada.

O profissional necessita ter um olhar sensível, abrangente, carinhoso, com conhecimento de causa e dos processos de desenvolvimentos segundo alguns autores, para melhor atender o processo de construção e percepção da aprendizagem.

Segundo Vygotsky o indivíduo possui capacidade intrínseca para aprendizagem com desenvolvimento e progresso intelectual. Ele deve ser avaliado pelo seu potencial, pelo que consegue realizar e não em relação ao que não consegue. A mediação deve acontecer enquanto intervenção pedagógica com o objetivo de estabelecer articulação significativa entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum, estabelecendo relações.

Nesta perspectiva a avaliação acontece evidenciando o cotidiano do trabalho, com relatórios, fotos, gravações, materiais produzidos pelos educandos, montados em portfólios em ordem cronológica crescente, a fim de acompanhar e demonstrar o crescimento gradativo da criança.

O trabalho desenvolvido pelo profissional corregente estará articulado com o do regente e ocorrerá preferencialmente dentro da sala de aula. Este atuará principalmente e individualmente com os que necessitam de apoio durante as atividades. Também participará da construção e realimentação do Plano de Apoio Individual, buscando estratégias e intervenções diferenciadas para enriquecer e repertoriar àqueles com maior dificuldade para avançar no processo de aprendizagem.

O Apoio Pedagógico deve ser realizado em contraturno e/ou extensão de carga horária, de acordo com espaço e disponibilidade de profissionais e liberação da RME com projeto específico.

O como avaliar, se define a partir da função da avaliação no processo educativo de um determinado momento e das orientações didáticas postas em



prática. Cada um dos tipos de avaliação, diagnóstica, formativa e somativa, podem ser utilizadas com função específica no processo e, estas, dependem da forma de uso dos objetivos que buscam-se atingir.

É fundamental que o docente se utilize dos diferentes instrumentos avaliativos quando planeja suas aulas, pois, desta forma, garantirá a eficácia e a equidade na aprendizagem.

O docente realizará a avaliação através de instrumentos individuais e coletivos, observando também as diferentes estratégias utilizadas, bem como, dificuldades e avanços no processo, em todos os componentes curriculares.

O portfólio, seleção de atividades significativas de todos os componentes curriculares, é um importante instrumento de avaliação. Ao serem organizadas e arquivadas, permitem que se retome e se faça uma análise mais qualificada do percurso de aprendizagem individual.

O caderno de produção de textos também é outro importante instrumento individual de registro, que evidencia habilidades e competências de leitura e escrita durante os dois ciclos.

Após o Conselho de Classe, término dos trimestres, (maio, setembro e dezembro) acontece a reunião com os pais ou responsáveis, para ciência dos registros de Acompanhamento Escolar e assinatura de Pareceres, onde à família também é informada e analisa junto com os docentes, os resultados dos percursos trimestrais, sempre considerando as necessidades individuais e as potencialidades.

“A RME de Curitiba, visando garantir a unidade dos instrumentos de registro e comunicação do desempenho acadêmico individual, está em processo de elaboração de documentos unificados que atendam esta finalidade. Assim que esta proposta unificada for implementada, esta unidade passará a utilizar os documentos oficiais da SME de Curitiba”.

Os registros oficiais de rendimento escolar da Escola Municipal Dom Bosco, são expressos em fichas individuais, com pareceres descritivos trimestrais, embasados no Currículo para a Educação Municipal de Curitiba e Plano Curricular Preliminar.



### **5.2.3. Processos de Regularização da Vida Escolar**

Os processos de regularização de vida escolar dos/as estudantes, seguirão normas vigentes na Rede Municipal de Ensino.

#### **CLASSIFICAÇÃO**

A classificação do/a estudante em qualquer série/ano/período/etapa/ciclo/fase do ensino fundamental, exceto para 1ª série/ano, independente de escolaridade anterior, dar-se-á de acordo com o disposto na LDBEN nº 9394/96 Art. 24, Inciso II, alíneas a, b, c, na Del. Nº 09/01 – CEE/PR Arts. 21,22,23 e 27, na Deliberação nº 05/2010-CEE/PR Art. 11 e Instrução Normativa Municipal vigente.

Os processos de Classificação poderão ocorrer:

- Para estudantes transferidos/as de escolas de outro município/estado sem documentação legal comprobatória.
- Para estudantes transferidos de escolas do exterior sem documentação legal e com domínio da Língua Portuguesa.
- Para classificação de estudantes transferidos de escolas do exterior sem documentação legal e sem domínio da Língua Portuguesa (Art. 35 - Del.09/01 CEE/PR)

#### **RECLASSIFICAÇÃO**

A Reclassificação do/a estudante dar-se-á de acordo com o disposto na LDBEN nº 9394/96, Art. 23, parágrafo 1º e Art. 24, inciso V, alínea c e Del. Nº 09/01 – CEE/PR Art. 24 e 27 e Parecer nº 721/07 – CEE/PR e Del. CME nº 01/2015 e Instrução Normativa Municipal vigente, ficando estipulada a data limite até o término do 1.º trimestre letivo para efetivar o processo.

#### **LACUNA DE SÉRIE**

A lacuna ocorre quando não há registro de um dos anos da série/ano/período de uma ou mais áreas do conhecimento no histórico escolar (neste último caso, somente para anos finais do ensino fundamental). O processo de regularização de vida escolar por lacuna de série/ano/período ou



lacuna de um componente curricular dar-se-á de acordo com a Deliberação n.º 09/01 – CEE/PR – Deliberação nº 07/05 – CEE/PR e Instrução Normativa Municipal vigente.

### **5.5.3. Conselho de Classe**

O Conselho de Classe reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e extraordinariamente sempre que necessário.

Tem como finalidade diagnosticar, discutir e interpretar os dados das aprendizagens e da atuação e estratégias empregadas no processo pelos docentes, com a intenção de aprimorar o processo ensino-aprendizagem.

O diagnóstico da turma, levantamento de informações pertinentes ao processo através do Pré-conselho de classe e do Conselho de Classe, são registrados em ficha própria e em ata, sistematizados e atualizados permanentemente durante o ano letivo, socializados com todos os docentes que atuam com cada grupo de estudantes. Essas informações subsidiam o pensar coletivo capazes de promover as estratégias e os recursos (caminhos diferentes a percorrer) o Pós-conselho, tanto no planejamento quanto aos procedimentos que objetivem o alcance das metas estabelecidas para uma educação de qualidade.

### **Conselho de Classe Final**

Com base nas avaliações, registros e critérios por ano estabelecidos coletivamente, ao final do ano letivo realizar-se-á o Conselho de Classe Final a fim de analisar e definir a progressão dos estudantes ou retenção ao final de Ciclo.

A progressão ocorrerá por:

- progressão simples (PS) – o estudante prossegue de um ano para outro;



- progressão com apoio (PA) - o estudante prossegue de um ano para outro com necessidade de acompanhamento em um ou mais componentes curriculares.

A frequência mínima exigida para a progressão é de 75% da carga horária total.

A retenção ou reprovação ocorrerá somente ao final de cada Ciclo e/ou no terceiros e quintos anos.

ANEXO III – Ficha de conselho de classe.

## **5.6. Avaliação Institucional**

A avaliação institucional, Parâmetros Indicadores de Qualidade, deve ser realizada com o compromisso e a efetiva implementação das mudanças necessárias. Deve abranger todos os segmentos escolares e a comunidade, tanto na participação do processo quanto nos indicadores dele resultantes.

Levando em conta que a escola objetiva a equalização de condições para todos os cidadãos, é fundamental passar por contínua avaliação no sentido de diagnosticar os problemas decorrentes do processo e redimensionar sua prática em todos os segmentos que a compõem.

Outras formas de avaliação dos profissionais da educação e, entenda-se aqui, todos os profissionais da escola que nela atuam, participação e envolvimento nas atividades rotineiras e nos eventos especiais promovidos pela escola e/ou outras instituições.

A análise dos resultados do trabalho far-se-á em reuniões administrativas, pedagógicas e outras de cunho pedagógico-administrativo.

De uma forma geral, passam também pela reflexão avaliativa contínua são o material didático, as Diretrizes Curriculares, materiais e equipamentos escolares, a metodologia, a atuação da EPA, a implementação dos Cursos ofertados, enfim, toda a ação relevante da Instituição Escolar, envolvendo avaliados e avaliadores num constante diálogo reflexivo, pois é coletivamente que se constroem as ações significativas da escola.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

A escola utilizará os resultados deste instrumento para avaliar e reavaliar as ações administrativas e pedagógicas, bem como estabelecer o diálogo entre os segmentos contribuindo para a reflexão.

A frequência e divulgação dessa avaliação e resultados, entre comunidade e instituição, devem ser planejadas e intensificadas, corresponsabilizando todos os atores do processo educativo. Os registros de todo trabalho educativo são fundamentais e devem ser compartilhados, assim todos e todas firmam compromisso com o melhor para a instituição.



## 6. Referências Bibliográficas

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Parâmetros e indicadores de qualidade para as escolas municipais que ofertam educação infantil. Curitiba: SME, 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Protocolo da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência. Curitiba, 2008. Disponível em: <[http://sitesms.curitiba.pr.gov.br/saude/areastematicas/saude\\_crianca/rede\\_protecao.pdf](http://sitesms.curitiba.pr.gov.br/saude/areastematicas/saude_crianca/rede_protecao.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. 7. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB n. 02, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

BORGES. Neto, H. Uma classificação sobre a utilização do computador pela escola. Revista Educação em Debate, ano 21, V.1, nº 27, p135-138. Fortaleza, 1999.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Lei Nº. 10.098/00. Normas gerais para promoção e acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Lei nº 12.796/2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: MEC, 2013.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba: princípios e fundamentos. Curitiba: SME, 2010. v. 1.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Diretrizes Curriculares para Educação Municipal de Curitiba: Educação Infantil. Curitiba: SME, 2006. v. 2.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

DA SILVA, Ana Paula Fonseca Vieira. A Avaliação Segundo Luckesi. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-avaliacao-segundo-luckesi/31980/#ixzz4AMXAAk7M>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

DE OLIVEIRA, Cristiane Kuhn. A função social da escola. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-funcao-social-da-escola/26970/#ixzz4C4h8eHuh>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

DEMAILY, L. C. Modelos de formação continuada e estratégias de mudança. In: NÓVOA, Antonio. Os professores e sua formação. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1992. p. 141-158.

DEWEY, John. Reconstrução em filosofia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FERNANDES, C. de O.; FREITAS, L. C. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 18. Ed. São Paulo: Paz & Terra, 2001.

FREITAS, João Batista de. A organização do espaço escolar favorece a qual aprendizado. Humus Consultoria, 2008.

GANDIN, D. O planejamento como prática educativa. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2000. LUDKE, M.; André, M.E.D.A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. (Temas Básicos de Educação e Ensino).

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, J. C. Que destino os educadores darão à Pedagogia? In: PIMENTA, S. G. (Coord.) Pedagogia: ciência da Educação? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 107-134.

LIMA, E. S. Ciclos de formação em educação: uma reorganização do tempo escolar. São Paulo: GEDH, 2000.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1997.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

MACÊDO, Ivanildo I. Aspectos comportamentais da gestão de pessoas. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. São Paulo: Cortez, 2000.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete dias letivos. Dicionário Interativo da educação Brasileira – Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículos e programas no Brasil. Campinas: Papirus, 1990.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e sua formação. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1995. p. 15-33.

PDDE Interativo. 2015. Disponível em: <<http://pddeinterativo.mec.gov.br/login.php>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

PERRENOUD, P. A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, J. G. A gestão do processo de avaliação da aprendizagem na escola organizada em ciclos. In: CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Caderno pedagógico: critérios de avaliação da aprendizagem escolar. Curitiba: SME, 2010. v. 01, p. 21-23.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SOUSA, S. M. Z. L. Conselho de classe: um ritual burocrático ou um espaço de avaliação coletiva? Série Idéias, São Paulo, n. 25, p. 45-59, 1998. Disponível em: <[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/cos\\_a.php?t=002](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/cos_a.php?t=002)>. Acesso em: 25 set. 2011.

VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Liberdade, 1995.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIÑAO FRAGO, A; ESCOLANO, A, (1998). Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A. Tradução de Alfredo Veiga Neto.

WACHOWICZ, L. A. O método dialético na didática. 2. ed. Campinas: Papirus, 1991.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

ZABALZA, Miguel A. Qualidade em Educação Infantil. Porto alegre. Artemed, 1998.

Lei Federal Nº 9.394/96 – **LDBEN**

Lei Federal Nº 12.796/13 – **Altera a Lei Nº 9.394/96** de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais e dar outras providências.

Lei Federal Nº 11.700/08 - **Acrescenta inciso X ao caput do art. 4º da Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

Lei Nº 12.013/09 - **Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, determinando às instituições de ensino obrigatoriedade no envio de informações escolares aos pais, conviventes ou não com seus filhos.

Lei Nº 12.287/10 - **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da arte.

Lei Nº 10.793/03- **Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências.

Lei Nº 12.608/12- **Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC**, dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC, autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres e dá outras providências.

Lei Nº 13.006/14- **Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.



Lei Nº 13.010/14 - **Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)**, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Lei Nº 11.645/08 - **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Lei Nº 11.274/06- **Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

Lei Nº 11.525/07 - **Acrescenta § 5º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental.

Lei Federal Nº 9.795/99 – de 27/04/99 – **Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a política nacional da Educação Ambiental.**

Lei Federal Nº 8.069/90 – **ECA**

Lei Federal Nº 7.853/89 – **matricula compulsória**

Lei Federal Nº 13.185/2015 – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**).

Resolução Nº 4/10 - **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.**



Resolução CNE/CEB Nº 07 de 14 de dezembro de 2010 – **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.**

Resolução CNE/CEB Nº 05/09 e Parecer CNE/CEB Nº 20/09 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**

Resolução CNE/CEB Nº 03/05 de 03/08/05 – **Ampliação do Ensino Fundamental para 09 anos.**

Resolução CNE/CEB Nº 02/01 – **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial**

Resolução CNE/CEB Nº 01/04, Parecer CNE/CEB 03/04 e Deliberação CEE/PR Nº 04/06 – **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais.**

Lei Estadual Nº 17505 - de 11/01/2013 - **Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.**

Lei Estadual Nº 17677 de 10/09/2013 – **Proíbe a cobrança de valores adicionais – sobretaxas para matrícula ou mensalidades de estudantes com deficiências.**

Decreto 9958 - 23 de Janeiro de 2014 - Regulamenta o Art. 7º, 8º e 9º da Lei nº. 17.505, de 11 de Janeiro de 2013, que **institui a Política Estadual de Educação Ambiental.**

Deliberação Nº 14/99 – e Indicação 04/99 CEE/PR – **Proposta Pedagógica**

Deliberação Nº 16/99 – e Indicação Nº 07/99/CEE/PR – **Regimento Escolar**

Lei Ordinária de Curitiba nº 13.632/2010 - **Dispõe sobre a política “Antibullying” nas Instituições de Ensino de Curitiba**

Deliberação Nº 02/2012 – CME – **Normas e Princípios para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba- SIMEN**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

Indicação CME/CGS nº 1/2012 - **Projeto Político-Pedagógico – concepção e fundamentos**

Recomendações Administrativas Nº 001/2010 – **Ministério Público/PR – Disponível em:**

[http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/legislacao/arquivos/legislacao\\_178.pdf](http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/legislacao/arquivos/legislacao_178.pdf)

Recomendações Administrativas Nº 002/2010 – Ministério Público/PR – Disponível em:

[http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/legislacao/arquivos/legislacao\\_179.pdf](http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/legislacao/arquivos/legislacao_179.pdf)

Este documento contém a Proposta Pedagógica da Escola Municipal DOM BOSCO, de cuja elaboração foi participada de todo corpo docente e consideramos de acordo com a legislação vigente a qual venho referendar.

Curitiba, 10 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_  
Diretor(a)

	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ESTRUTURA E INFORMAÇÕES
<b>APROVADO</b>	
Parecer nº _____	Data: ____/____/____
DPEI/SME: _____	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

**ANEXO I – Modelo de pesquisa para levantamento das condições socioeconômicas da comunidade escolar**

ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO ANO LETIVO DE 2015  
QUESTIONÁRIO SÓCIO EDUCACIONAL

- 1) Nome Completo do(a) Estudante: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_
- 2) Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Cidade /Estado em que Nasceu: \_\_\_\_\_
- 3) Nome do Pai: \_\_\_\_\_  
Data de nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Religião: \_\_\_\_\_
- 4) Grau de instrução:  1º Grau  2º Grau  Superior Incompl.  Superior Completo
- Nome do Mãe: \_\_\_\_\_  
Data de nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Religião: \_\_\_\_\_
- Grau de instrução:  1º Grau  2º Grau  Superior Incompl.  Superior Completo
- 5) Quem é o responsável pelo estudante?  
 Pai  Mãe  Padrasto  Madrasta  Irmão(ã)  Tio(a)  Avós  Outros
- 6) Situação de atividade do pai e ou responsável pelo estudante:  
 Desempregado  Exerce atividade remunerada com carteira de trabalho assinada  
 Aposentado  Exerce atividade sem carteira de trabalho  
 Autônomo
- 7) Atualmente mora no bairro:  
 Cic  Portão  Novo mundo  Fazendinha  Capão Raso  Pinheirinho  Outros
- 8) Renda Familiar:  
 até R\$-788,00  até R\$-2.364,00  até R\$-3.940,00  mais de R\$-3.940,01
- 9) Quantas pessoas contribuem para renda familiar?  Um  Dois  Outras
- 10) Com relação a moradia:  Própria  Alugada  Cedida
- 11) Possui computador em sua casa?  Sim  Não
- 12) Internet?  Sim  Não
- 13) Tv a Cabo?  Sim  Não
- 14) O (a) estudante tem irmão(s) nesta escola?  Nenhum  Um  dois  Mais de dois irmãos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

- 15) O(a) Aluno(a) já estudou em outra escola/cmei além dessa escola? Qual(is)?  
 Cmei  Escola Particular  Outras
- 16) Qual(is) o(s) motivo(s) que levaram a família a escolher esta escola?  
 Indicação  Possui família nesta escola  Proximidade  Qualidade  Bons profissionais
- 17) O que a família espera, em primeiro lugar, dessa escola?  
 Ensino de qualidade  Bons índices em avaliações Federais, Estaduais ou Municipais  
 Organização  Outros - Quais? \_\_\_\_\_
- 18) Como a família organiza o momento de estudo do filho(a) (tarefa de casa):  
 com auxílio  sem auxílio  Com horário e local determinado
- 19) Qual das atividade abaixo ocupa a maior parte do tempo livre do(a) estudante?  
 Tv  Igreja  Cinema  Música  Internet  Esportes
- 20) O estudante frequenta algum tipo de curso: Qual?  
 Academia  Dança  Luta  Língua estrangeira
- 21) Quantos carros existem em sua residência:  
 Um  Dois  Nenhum  Outros
- 22) Com qual frequência a família lê para seu filho(a)  Nunca  Uma vez ao mês  Uma vez por semana
- 23) Qual modo a família utiliza como Plano de saúde?  Público  Particular
- 24) Qual horário seu filho(a) costuma ir dormir?  
 21 hrs.  22 hrs.  23 hrs.  24 hrs. (meia noite)
- 25) Qual atividade seu filho realiza no período contrário da escola?  
 Fica em casa acompanhado  Fica em casa desacompanhado  Frequenta outra instituição de ensino
- 26) Existe alguma pessoa analfabeta na família residente na cidade de Curitiba?  
 Não  Sim, Qual? \_\_\_\_\_



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

ANEXO II – Calendário 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO NRE CIC					JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO							
Escola Municipal Dom Bosco - EIEF <b>CALENDÁRIO ESCOLAR 2016</b> <b>LEGENDA</b>					D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
					Feriados					1	2					1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5
01/01 ... Dia Mundial da Paz					3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	6	7	8	9	10	11	12	
01/05 ... Dia do Trabalho					10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	13	14	15	16	17	18	19	
02/11 ... Finados					17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	20	21	22	23	24	25	26	
09/02 ... Carnaval					24	25	26	27	28	29	30	28	29						27	28	29	30	31			
25/03 ... Páscoa					31																					
07/09 ... Ind. do Brasil																										
19/12 ... Eman. Política do Paraná																										
27/03 ... Páscoa																										
08/09 ... N.ª Sra. da Luz																										
25/12 ... Natal																										
21/04 ... Tiradentes																										
12/10 ... N.ª Sra. Aparecida																										
					1º Semestre		2º Semestre		Total																	
Férias - Janeiro					04/01 a 02/02				30																	
Recessos: Julho e Dezembro							11 a 25/7		19 a 31/12																	
Recessos (feriados)					08/02		22/04		09/09																	
Início/Encerramento com professores					11/02		08/07		26/07		16/12															
Início / Encerramento com crianças e estudantes					18/02		08/07		26/07		16/12															
Sábados letivos					09/04		02/07		03/09		10/12															
Semana de Estudos Pedagógicos (3 SME + 1 escola + 1 na permanência)					21/05		08/10																			
15/02					17/02		20/08																			
16/02																										
Reuniões					11/02																					
Organização Administrativa-pedagógica					12/02		04/06		30/07		26/11															
Conselho de Classe e/ou Reunião Pedagógica							24/09																			
Organização do trabalho pedagógico Ed. em tempo integral e/ou anos finais EF																										
Observações:																										
09/04 - Dia da Família (MT)																										
21/05 - Feira de Ciências (MT)																										
02/07 - Festa Junina (MT)																										
03/09 - Feira Cultural (MT)																										
08/10 - Avaliação Parâmetros e Indicadores de Qualidade (MT)																										
10/12 - Celebração Final de Ano (MT)																										
20/08 - SEP Escola																										
Curitiba, 05 de Novembro de 2015																										
Diretor(a): Marizete Kasibrowski Kolinski - Decreto nº 1388/2014																										
					Total de dias letivos = 200							Total de dias de atividades = 210														





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO – EIEF

**ANEXO III – Ficha de conselho de classe**

ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO

REGISTRO DE CONSELHO DE CLASSE –2016

PROFESSORA

REGENTE \_\_\_\_\_ CORREGENTE \_\_\_\_\_ TURMA: \_\_\_\_\_

DATA 1º TRI \_\_\_\_\_ 2º TRI \_\_\_\_\_ 3º TRI \_\_\_\_\_

ASSINATURAS \_\_\_\_\_

1. PERFIL DA TURMA:

**2. ALUNOS:**

Nome completo	Necessidades/avanços na aprendizagem	Corregência	Faltas	Encaminhamentos	Ações elencadas